

ESTRUTURAS FAMILIARES NO MUNDO RURAL

GRUPOS DOMÉSTICOS NO BISPADO DE COIMBRA EM 1801

A definição de modelos de estrutura familiar no Portugal de antigo regime tem sido dificultada pela raridade de fontes e estudos que permitam confirmar ou infirmar hipóteses de trabalho levantadas a partir dos poucos dados conhecidos ou de posições teóricas estabelecidas para outras sociedades (¹). Este trabalho pretende, baseando-se em informação empírica, fazer alguma luz sobre a situação que neste campo se podia observar na região centro do país no início do século XIX (de facto, numa faixa bem determinada do bispado de Coimbra), e ao mesmo tempo tentar compreender as razões que possam ter levado a essa situação. O estudo incide sobre 26 freguesias, com cerca de 22 mil habitantes e 5300 fogos. Procuraremos, através de uma análise a três níveis (global, sub-regional e microcós mica), demonstrar qual o modelo de estrutura familiar existente e suas variações. Falando importante informação contextual — que nos possibilite a caracterização de um sistema global onde a estrutura familiar será, ao mesmo tempo, factor e resultado — apresentaremos um quadro de hipóteses de compreensão dos seus condicionalismos que podem ter origens e naturezas diversas.

As estruturas familiares são aqui entendidas como as formas de organização dos indivíduos que têm como referente o local

(¹) Quanto aos trabalhos realizados em Portugal, veja-se Robert Rowland, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada», em *Ler História*, n.º 3, 1984, pp. 13-32; e Teresa Ferreira Rodrigues, «Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)», em *Nova História*, n.º 3/4, 1985, p. 80.

de residência (fogo ou agregado familiar). Ao longo do nosso trabalho privilegiaremos a atenção sobre a maneira como se reflectem, nessa organização, as ligações de parentesco entre pessoas, procurando contrapor formas nuclearizadas de agregados — baseados exclusivamente num núcleo conjugal, mesmo que incompleto, a que se pode acrescentar a presença de filhos dependentes, formando, no todo, uma unidade familiar — e complexas, onde, para além da ocorrência de um núcleo conjugal, se observa a presença de qualquer outro parente ou núcleo secundário. No entanto, tentaremos igualmente utilizar outros parâmetros de definição estrutural, e teremos em conta as propostas de modelos europeus de estrutura familiar, procurando determinar até que ponto se pode situar esta região num conjunto mais vasto de comportamentos.

Fonte e metodologia

Em 1801 realizou-se em Portugal um censo da população ⁽¹⁾. A decisão de proceder ao levantamento data de Agosto e o início do processo de Novembro. Mas essa não foi a única contagem das «gentes» efectuada nesse ano. Através da circular enviada por D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra, ao arcepreste de Seia, sabemos que, já em Maio, o Príncipe Regente determinara que se formasse um «Mapa da População da Província da Beira» ⁽²⁾. Dela se deduz que outras análogas seguiram para as restantes dioceses e arceprestados da província. A incumbência do apuramento dos efectivos populacionais foi entregue às autoridades eclesiásticas, pois era a forma tradicional, cómoda, eficaz e menos dispendiosa ⁽³⁾. No bispado de Coimbra essa tarefa foi levada a cabo na primeira quinzena de Junho.

⁽¹⁾ Este censo foi estudado por Fernando Alberto Pereira de Sousa (*A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto, 1979, policop., 2 vols.).

⁽²⁾ Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), *Mapas da população*, cx. 4.

⁽³⁾ Deparamos, assim, com duas disposições semelhantes num espaço de tempo muito curto. Duas hipóteses se podem colocar para explicar o facto. A primeira iniciativa não terá tido êxito devido ao estado de guerra

As freguesias que pertenciam à área de jurisdição da diocese eram, então, 282 ⁽⁵⁾, mas só chegaram até nós informações relativas a 106 ⁽⁶⁾. Aos párocos se pedia que fizessem «relações exactas e veridicas dos Fogos, e Almas que ouiver nas suas Freguesias de todo o sexo, e idade». A maioria dos sacerdotes seguiu à letra a ordem recebida, indicando apenas o número de fogos e de pessoas, distinguindo por sexos e, regra geral, entre maiores e menores. Outros criaram categorias mais detalhadas mas muito díspares ⁽⁷⁾. Párocos houve (35) que, além destes resumos, enviaram também listas nominativas da população, organizadas por fogos, talvez influenciados pelas instruções da circular que mandava consultar os róis de confessados.

Os padres elaboraram as listas com base nesses róis, deles extraíndo o número de fogos e de pessoas de sacramento no caso dos resumos, a própria estrutura da lista no caso das relações nominativas, ficando logo ordenadas por fogos com atribuição dos co-residentes. Alguns recorreram depois aos registos paroquiais para colmatar lacunas ou actualizar as informações ⁽⁸⁾. Procedi-

do momento (a chamada «guerra das laranjas»), sendo necessário retomá-la mais tarde. Ou então, a disparidade de critérios patente nas informações então obtidas demonstrou que se impunha o recurso a uma metodologia diferente. Com efeito, o censo efectuado no mês de Dezembro tinha um carácter de uniformidade expresso desde logo pela existência de formulários impressos destinados ao inquérito.

(⁵) Ver F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, p. 26, quadro n.º 4. Dentro da área geográfica do bispado, havia ainda mais freguesias, pertencentes ao isento de Santa Cruz de Coimbra.

(⁶) A. U. C, *Mapas da população*, cxs. 4, 5 e 6.

(⁷) Destrinçam, por vezes, nos menores os que são de confissão e os infantes; nos maiores, alguns separam homens e mulheres, de rapazes e raparigas e de velhos e velhas; outros, os casados dos viúvos e dos solteiros (nestes há quem distinga os que vivem *sui juris* dos que vivem com os pais); outros, os homens e as mulheres dos filhos e das filhas. Quando as categorias são baseadas num critério de idade, o corte tanto surge nos 7, como nos 12, ou até 14 anos, no limite inferior, e por vezes nos 40 no limite superior.

(⁸) Pelos assentos de óbitos averiguavam as pessoas entretanto falecidas, para as riscar das listas. A consulta dos assentos de baptismo permitia-lhes acrescentar as crianças menores de 7 anos ou ainda verificar as idades. Esta última naturalmente uma tarefa mais difícil e morosa, pois obrigava a fazer cálculos a partir da data de baptismo. Não é de estranhar que poucos refiram assim actuar, e mesmo esses ressalvando

mento mais generalizado (por vezes acumulando com a pesquisa nos livros dos assentos) é o das averiguações orais ⁽⁹⁾. Uns apenas as referem de forma vaga, outros declaram ter contactado com os seus fregueses, os «pais de família», deslocando-se aos vários lugares da paróquia ou convocando-os à sede, muitos aproveitando a ocasião da missa dominical. O levantamento do censo não foi inteiramente pacífico, tendo provocado resistências por parte de párocos ⁽¹⁰⁾ e por parte da população, talvez desconfiada dos motivos do inquérito feito em tempo de guerra ⁽¹¹⁾.

O modo de produção da fonte deixa prever algumas incorrecções nos dados que fornece. A preocupação maior dos sacerdotes parece ter sido o cumprimento do prazo estipulado. Mas a brevidade de tempo obrigou-os a agir de forma apressada.

As informações paroquiais abrangem, como é óbvio, somente as pessoas que integram as freguesias, ou seja, a população estável e dependente da autoridade paroquial. Nelas não cabem os indivíduos ligados a instituições: congregações religiosas, casas de ensino e de assistência (recolhimentos, rodas e hospitais), cárceres, exército; e ainda os vadios e mendigos sem paradeiro certo, e os estrangeiros. E como se baseiam nos róis de confessados, tendem a não incluir os que não recebem esse sacramento: os menores

sempre o carácter impreciso das idades apontadas. Alguns padres não utilizaram os registos paroquiais, escudando-se no «aperto de tempo» (o prazo dado aos párocos era de 15 dias a contar da data em que a ordem lhes era apresentada e eles a assinavam, dando-se por notificados) ou na falta de acesso aos livros mais antigos por se encontrarem no Seminário Episcopal de Coimbra.

(9) A própria ordem para isso apontava, pois, para além do recurso aos róis de confessados e livros de registos, se destacava «o conhecimento individual, que lhes compete, e devem ter das suas Parochias». Com essas averiguações orais se pretendia conhecer com rigor as pessoas que habitavam nas casas e as idades de cada um. Alguns padres julgam inútil tal diligência, porque, como afirmam, «nem os chefes de família sabem as idades com certeza».

(10) O de S. Pedro das Alhadas recusa-se a executar a ordem, remetendo a tarefa para o cura.

(11) O pároco da Carapinheira sacode a responsabilidade de possíveis inexactidões, queixando-se que as pessoas «não quiseram comparecer apesar dos repetidos avisos».

de 7 anos, os não católicos e ateus, os mentecaptos e dementes ⁽¹²⁾.

Para obter os quantitativos populacionais totais é necessário acrescentar-lhe informações providas de outras autoridades administrativas. A população flutuante será, na generalidade, ignorada. No caso deste levantamento, é de frisar que se trata de uma contagem de todos os habitantes e que os párocos utilizaram diversos meios de indagação. Os resultados são tanto mais completos quanto maior foi o esforço posto no inquérito.

No que se refere a estas freguesias, os róis de confessados seriam um bom ponto de partida. Não haverá casos de irreligiosidade ou de outras profissões de fé. Também não existem hospitais ou recolhimentos. Faltam as referências a comunidades religiosas de três conventos ⁽¹³⁾ e a expostos ⁽¹⁴⁾. Em contrapartida, indicam os dementes ou mentecaptos. Em regra só atendem à população residente, mas um ou outro padre menciona os ausentes e, por vezes, o local onde se encontram e as razões da sua ausência.

A percepção dos efectivos não é feita indivíduo a indivíduo, mas através de uma unidade orgânica, o «fogo». Por isso, a chave para uma correcta interpretação dos dados fornecidos por este tipo de fonte (quer se trate de avaliar os efectivos populacionais, quer se trate de estudar as estruturas familiares) está na caracterização dessa unidade. «Fogo» foi sempre, sem dúvida, um agrupamento de indivíduos, cujo contorno obedecia a certos critérios. Contudo, durante muito tempo esses critérios não foram inequivocamente estipulados por parte das entidades administrativas ⁽¹⁵⁾.

⁽¹²⁾ Veja-se F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 70-79. O Autor considera que os párocos, em regra, registam os menores de 7 anos nos róis de confessados, o que não acontece. Mesmo nestas listas de 1801, em que a sua menção era expressamente solicitada, nem todos o fazem.

⁽¹³⁾ O convento de Nossa Senhora de Sandelgas, em S. Martinho de Árvore; o de S. Marcos, em S. Silvestre; e o do Desagravo do Santíssimo Sacramento, em Vila Pouca da Beira.

⁽¹⁴⁾ Ao passo que nestas informações de 1801 apenas são referidos dois expostos em 26 freguesias, em 1802 são indicados 22 em 15 delas. Estes dados foram colhidos do recenseamento de 1802 (A. U. C., *Mapas da população*, cxs. 4, 5 e 6) e apenas em relação às freguesias de que se conserva documentação e coincidentes com as que têm listas em 1801.

⁽¹⁵⁾ Quanto aos problemas metodológicos levantados pelo conceito de fogo, veja-se Roger Mols, *Introduction a la démographie historique des*

A Igreja regulamentou em 1614 a forma de elaborar os róis de confessados ou livros de estado das almas, à base de fogos, sendo estes rigorosamente definidos ⁽¹⁶⁾.

Dado que estas listas nominativas são compostas a partir dos referidos livros, em princípio, fogo tem para os párocos um significado claro e uniforme. O carácter homogéneo das listas mostra-nos que, de facto, foram cumpridas as devidas normas processuais. Estão, geralmente, organizadas por povoações, vindo no início a sede da freguesia, e estruturadas em blocos de pessoas (por vezes numerados, mas sempre bem distintos por um espaço). Cada um destes blocos é um fogo, encimado pelo seu chefe, o cabeça, seguindo-se os restantes elementos, com a indicação dos nomes e idades, e da sua relação, directa ou indirecta, com o primeiro. Fogo é, assim, um conjunto de pessoas, unidas por laços específicos (geralmente de parentesco, mas também profissionais), que habitam na mesma casa e no qual um dos membros tem a autoridade ou chefia. Alguns padres identificam fogos e famílias, mas o sentido de «família» aqui deve ser reduzido ao de agregado familiar. A família em sentido extenso, de rede de parentesco, tem uma dimensão maior e, por outro lado, os fogos podem conter pessoas que não estão ligadas por consanguinidade ou afinidade. Apesar da regulamentação existente, ainda em 1801 nem todos os padres têm o mesmo conceito de fogo ⁽¹⁷⁾.

villes d'Europe du XIV au XVIII^e siècle. Louvain, 1954, vol. I; Virginia Rau, «Para a história da população portuguesa dos séculos xv e xvi. (Resultados e problemas de métodos)», em *Do Tempo e da História*. Lisboa, 1965, vol. I, pp. 13-20; Peter Laslett, «Introduction», em *Household and family in past time*. Cambridge, 1972, pp. 23-28, e «Mean household size in England since sixteenth century», em *ob. cit.*, pp. 126-128; Étienne Hélin, «Size of households before the Industrial Revolution: the case of Liège in 1801», em *ob. cit.*, pp. 320-323; Richard Wall, «Introduction», em *Family forms in historic Europe*. Cambridge, 1983, pp. 6-13; J. Hajnal, «Two kinds of pre-industrial household formation System», em *ob. cit.*, pp. 99-104.

⁽¹⁶⁾ A obrigatoriedade de redigir os róis de confessados estava já generalizada nas dioceses, mas então Paulo V, através do *Rituale Romanum*, reitera-a e prescreve as normas de elaboração, vide R. Mols, *ob. cit.*, vol. I, p. 88; o Autor transcreve essas normas no vol. III, pp. 36-37.

⁽¹⁷⁾ O cura de S. Pedro das Alhadas inclui de forma muito frequente qualquer elemento extra à unidade familiar conjugal num novo fogo, mas mantendo a relação de parentesco. E fá-lo sistematicamente quando esse

Devido à existência de um aparelho institucional bem montado, o clero secular era a autoridade mais bem posicionada para conhecer a população com maior exactidão. E pensamos que os párocos foram cuidadosos nas respostas ⁽¹⁸⁾. O que não quer dizer que este censo não apresente limitações e enganos. Há erros de contagem de fogos ou de almas, alguns párocos não incluem as crianças menores de 7 anos ou os criados, e genericamente são imprecisos nas idades, mostrando uma atracção evidente pelos números redondos, terminados em 0 ou 5 ⁽¹⁹⁾.

Por razões metodológicas que se prendem com os problemas até agora expostos, não iremos utilizar as listas das 35 freguesias de que dispomos, mas apenas de 26 ⁽²⁰⁾.

As listas nominativas são, sem dúvida, uma fonte de eleição para o estudo dos agregados familiares. Estes definem-se através de traços fundamentais — habitação comum, existência de laços

elemento pertence a uma geração anterior à do chefe do agregado, caso de pais ou sogros. Assim considera os mais velhos sempre chefes de família, vivam ou não à parte. Confunde agregado familiar com unidade familiar, confusão feita também por outros padres, como refere António d'Almeida, «Descripção Histórica e Topográfica da cidade de Penafiel», em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, 1830, tomo x, parte II, p. 48.

⁽¹⁸⁾ Não que tivéssemos verificado todos os dados. Para isso seria necessário (mas não suficiente) fazer a reconstituição das famílias. Algumas averiguações que fizemos nos livros de registos paroquiais, para melhor interpretar alguns aspectos, mostraram-nos um certo rigor, excepto nas idades.

⁽¹⁹⁾ Para utilizar o fogo como base para o cálculo de toda a população (reconvertendo o número de fogos em número de habitantes) é necessário levar em consideração esses aspectos. Na nossa opinião, só a análise de listas nominativas nos permite saber com rigor a dimensão dos agregados. Só assim se pode adiantar um multiplicador correcto.

⁽²⁰⁾ As listas de Anceriz, Avô, Galizes e Pomares não indicam as crianças menores de 7 anos. As de Tamengos e Vide não incluem os criados. Pode acontecer que não haja criados, mas como são casos únicos é de presumir omissão. Parece prudente não as utilizar, não só porque a sua falta altera a dimensão dos agregados mas, sobretudo, porque não sabemos se eles foram contados como indivíduos e, nesse caso, não sabemos em que fogo foram colocados. O cura das Alhadas, com o seu critério de fogo, vicia a distribuição da estrutura dos agregados. Deixamos também de lado duas freguesias da cidade de Coimbra, porque temos em curso um estudo sobre as estruturas familiares nessa cidade, e para ele reservamos essas listas.

familiares e económicos e de uma chefia ⁽²¹⁾. Antes de mais, um agregado é, como vimos, um conjunto de pessoas que habitam no mesmo espaço físico, é assim uma unidade de residência. A importância decisiva deste aspecto leva a designá-lo também como «grupo doméstico co-residente». Mas «residência» tem um sentido lato — não é só o lugar onde se reside, mas também o lugar onde se acende lume, se cozinha e se come ⁽²²⁾, é também, portanto, uma unidade de consumo. Na época, e em muitos estratos sociais, é ainda a verdadeira unidade de produção. É no seu seio que se desenvolvem as actividades produtivas (em que todos os membros se empenham à medida das suas forças) que garantem a sobrevivência familiar e contribuem para a economia global. Os criados, aprendizes ou hóspedes são parte integrante porque, embora sem ligação de parentesco, concorrem pelo seu trabalho ou pelo seu dinheiro para o funcionamento e manutenção do grupo doméstico. Como neles se produz e se consome, os agregados são unidades económicas. Mas são, no seu cerne, «famílias» — núcleos de reprodução biológica e de criação e educação dos filhos (núcleos conjugais) a que se podem juntar outros parentes, sendo também abrigo e amparo para os que não podem subsistir por si, idosos ou doentes. De todos, o traço determinante é o da residência. Pode haver agregados constituídos por uma só pessoa ou em que os elementos não são aparentados. Por outro lado, nem sempre formam uma unidade de produção. Essa é a regra nas famílias camponesas (com excepções — os jornaleiros angariam o seu sustento fora do lar) ou dos oficiais mecânicos (embora por vezes as mulheres e filhos de artesãos os não acompanhem no trabalho da oficina, buscando noutras ocupações um meio complementar de subsistência ⁽²³⁾). Não acontece assim em outros estratos sociais

⁽²¹⁾ Quanto à caracterização de agregado familiar, veja-se P. Laslett, «Introduction», em *Household and family* pp. 23-39; e R. Wall, «Introduction», em *Family forms* pp. 6-13.

⁽²²⁾ Em 1750, a Igreja define a residência como o local «(...) aonde acendia lume, cozinhas, comia, e descansava e residia e fazia a barba (...) e da mesma sorte a sua fam.'». Vide «Questão entre João Ramos da Costa e o vigário da Granja do Ulmeiro», em A. U. C., *Rol de Confessados*, cx. 7.

⁽²³⁾ Veja-se Guilhermina Mota, *O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (sécs. XVII e XVIII)*. Notas para um estudo, sep. de *Actas do*

que vivem de rendas, de cargos, do exercício de profissões liberais, de vencimentos ou de salários, onde há uma separação entre a vida familiar e o espaço de trabalho ou a fonte dos rendimentos. Em todos os casos, porém, os membros que compõem o agregado estão na dependência do chefe de família.

O estudo das estruturas familiares a partir dos agregados privilegia um determinado ângulo de visão, não sendo uma abordagem completa da realidade em causa. Cinge-se ao universo interno de grupos específicos, ignorando as relações que possam existir entre esses grupos no quadro de uma vasta teia de solidariedade firmada nos laços de parentesco e vizinhança. No entanto, no domínio familiar, o agregado é a única unidade tangível para efeitos económicos e administrativos, o que mostra que era assim que a sociedade se via organizada a nível da família. Não é, pois, uma unidade artificial cuja análise apenas permite obter resultados estatísticos sem sentido social. Pelo contrário, remete-nos para comportamentos, abrindo-nos perspectivas de entendimento das estruturas familiares e simultaneamente da relação existente entre essas estruturas e as condições económicas e sociais que levam à adopção de certos modelos. Essa inserção da família no mundo social, contudo, só será possível com a utilização de fontes muito diversificadas. Uma fonte há cuja consulta nos parece imprescindível: os registos paroquiais. A sua leitura permite fazer correcções, preencher lacunas, resolver dúvidas, definir com mais rigor as categorias dos agregados⁽²⁴⁾, e através dos casamentos verificar o sistema da sua formação. Pensamos que o recurso aos livros de assentos, a este nível mais simples, deve ser considerado como norma metodológica em estudos desta natureza, dada a maior precisão que se consegue atribuir aos dados originais.

Colóquio «A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais». Coimbra, 1986, pp. 356-357.

(24) Permite atribuir parentesco a elementos do agregado que o não têm indicado, discernir fogos múltiplos pela existência de filhos casados ou de filhas solteiras com filhos, quando na fonte apenas surgiam netos, numa relação directa com o cabeça.

As comunidades e o meio

O quadro natural em que se integram as populações estudadas estende-se por uma faixa estreita mais ou menos próxima do curso do rio Mondego, e que vai da costa atlântica até aos contrafortes da Estrela ⁽²⁵⁾. Não é um espaço muito vasto, mas podem divisar-se duas zonas bem diferenciadas do ponto de vista geográfico ⁽²⁶⁾. Engloba, a poente, a área do Baixo Mondego ⁽²⁷⁾, de clima temperado, onde predomina a planície e os terrenos de aluvião, as chamadas «terras de campo», sobressaindo algumas colinas, as «terras de monte». Nelas encontramos Carapinheira, Cioga do Campo, Meãs do Campo, São Facundo, São Martinho de Árvore e São Silvestre. Na sub-região da Gândara ⁽²⁸⁾, em terra arenosa, está Quiaios, junto ao mar, e muito perto, Liceia. Distinguindo-se das anteriores não só pela altitude, mas também pela natureza dos solos, temos Barcouço e Murtede em barros (na sub-região da Bairrada) e na serra litorânea, de composição argilosa, Brenha ⁽²⁹⁾.

A outra zona situa-se a levante, região de transição para o interior montanhoso, ou mesmo já de montanha, com condições climáticas mais adversas, onde se acentua o rigor das estações. Em serras de xisto situam-se Fajão, Teixeira e Várzea de Góis (hoje, Vila Nova do Ceira), e em planaltos graníticos, Covas, Mouronho, Sinde, Alvoco das Várzeas, Bobadela, Lourosa, Oliveira do Hospital, Santa Ovaia, São Sebastião da Feira, São Gião, Travanca de Lagos da Beira e Vila Pouca da Beira.

⁽²⁵⁾ Todas elas se situam no actual distrito de Coimbra, excepto Barcouço, que pertence ao de Aveiro. Distribuem-se pelos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Arganil, Góis, Tábua, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Cantanhede e Mealhada.

⁽²⁶⁾ Ver João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*. Coimbra, 1982, policop., vol. I, tomo I, pp. 19-26.

⁽²⁷⁾ Região caracterizada por Maria Helena da Cruz Coelho (*O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa, 1989, 2.ª ed., vol. I, pp. 1-5).

⁽²⁸⁾ Quanto à sub-região da Gândara, veja-se Fernanda Delgado Cravidão, *A população e o povoamento da Gândara. Génese e evolução*. Coimbra, 1988, policop., pp. 19-39.

⁽²⁹⁾ Para uma visão geral da Beira Litoral e suas sub-regiões, veja-se Jorge Gaspar, *As feiras de gado na Beira Litoral*. Lisboa, 1970, pp. 23-36.

A primeira é unanimemente considerada área de terrenos férteis, sobretudo os ribeirinhos, para os quais o rio era factor de riqueza, ao fertilizar as suas margens. Mas o mesmo rio era também uma ameaça, devido à irregularidade do seu curso e ao assoreamento do seu leito. Eram as cheias uma calamidade demasiado frequente, inutilizando muitas vezes as culturas ou obrigando a sementeiras tardias. Também abundavam os paúis, ainda nos fins do século XVIII⁽³⁰⁾. Na orla marítima as terras de cultivo são mais pobres, ou prejudicadas pela invasão das areias, como é o caso de Quiaios.

Na zona alta do interior, grandes superfícies seriam pouco produtivas ou mesmo incultas. Cortada por picos e vertentes agrestes, com vales profundos, e assolada frequentemente, no inverno, por temporais ou castigada por secas no estio, tinha fraca aptidão agrícola, tornando-se difícil a laboração. Só nas veigas banhadas por rios ou ribeiros é que deparamos com terras fecundas, como é o caso de Várzea de Góis, Bobadela ou Alvoco das Várzeas.

A parte litoral é também beneficiada pela facilidade de comunicações em que desempenha grande papel o rio, navegável em toda esta extensão. A proximidade de Coimbra e do porto de Buarcos traria vantagens na colocação de produtos e favoreceria a mobilidade das gentes. Já no interior, e devido às próprias condições de relevo, o transporte de pessoas e bens seria difícil. São as regiões de montanha, por regra, mais isoladas e arcaizantes⁽³¹⁾.

É o regime senhorial que marca a economia rural em toda

(30) Veja-se Estêvão Cabral, «Sobre os danos do Mondego no campo de Coimbra, e seu remedio», em *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*. Lisboa, MDCCXCI, tomo III, pp. 205-242.

(31) Como diz Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*-Lisboa, 1967, 3.^a ed., pp. 107-111. No que toca ao concelho de Arganil no século XIX, vide Rui Cascão, *Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX*, sep. do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 1978, vol. IV, pp. 1-17. Para o conjunto da região do interior, e para o século XVIII, vide Alda Maria Mourão Filipe, *Comunidades rurais do interior do distrito de Coimbra na segunda metade do século XVIII. Um itinerário económico e social*. Coimbra, 1987, policop., pp. 4-9.

esta área ⁽³²⁾. A posse da terra está nas mãos de senhorios eclesiásticos ou seculares, entre os quais avultam o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a Mitra e o Cabido da Sé de Coimbra e a Casa do Infantado ⁽³³⁾. Havendo terras de arrendamento, predominaria, todavia, a propriedade imperfeita, através de contratos enfiteúticos. Os cultivadores são, na sua maioria, foreiros das várias entidades senhoriais, as quais detêm também jurisdições várias. Pesam, pois, sobre os produtores, uma série de gravames, por via da renda agrícola ou dos diversos tributos de cariz senhoria.

Por outro lado, nem todas as terras eram agricultadas. Havia ainda muitas terras incultas e pantanosas. Nota-se então um movimento arroteador³⁴ por conquista das areias ⁽³⁵⁾, por secagem de paúis e, sobretudo, à custa de baldios. Os tempos iam no sentido de restringir estes últimos, para alargar a área de cultivo, nem sempre atendendo à importância vital que tinham para a lavoura.

A prisão da terra e o peso dos tributos não são os únicos factores que entravam a economia agrícola. Um, fundamental, residia no excessivo parcelamento da propriedade. O cultivador podia possuir mais que uma parcela, mas sendo dispersas, a rentabilidade era menor. Tenta-se, por vezes, obviar a isso, obtendo terra contígua, por via de aforamento ⁽³⁶⁾.

Mas a fragmentação da propriedade não significa de modo algum uma igual repartição. Uns poucos concentram nas suas

⁽³²⁾ Como refere para o Baixo Mondego na Idade Média, M. H. da C. Coelho, *ob. cit.*, vol. I, p. 83. Situação que se manteve inalterada até ao século XIX. Informação prestada por Maria Margarida Sobral Neto, a quem muito agradecemos. Veja-se ainda Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*. Lisboa, 1978, 2.^a ed., vol. I, p. 152.

⁽³³⁾ E ainda a Coroa, a ordem de Malta, a Universidade de Coimbra, o mosteiro de Lorvão, os condes de Óbidos e os condes de Vila Nova de Portimão.

⁽³⁴⁾ Documentado para várias zonas do país, como refere Aurélio de Oliveira, «A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas», em *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, 1980, p. 4.

⁽³⁵⁾ Em Quiaios a intensa ocupação do território é verificada pelo aumento da população nos finais do século XVIII. Vide F. D. Cravidão, *ob. cit.*, pp. 79-82.

⁽³⁶⁾ Vide A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, p. 48.

mãos grandes superfícies, enquanto a maior parte se vê reduzida a pequenas leiras. Serão poucos os que não têm nada, pois mesmo os que trabalham à jorna costumam ter umas nesgas de terra. Não há, de facto, homogeneidade social no campo ⁽³⁷⁾.

A terra também não seria aproveitada em todas as suas potencialidades. O atraso em que se encontram as técnicas de lavoura é comum a todo o país ⁽³⁸⁾. Como agricultura de subsistência (em que uma boa parte da produção ia para os senhores através das rendas ou dos tributos), mal assegurava o sustento no dia a dia, sobretudo nas regiões mais inóspitas. Nem sempre conseguiam deixar de lado o suficiente para a futura sementeira. Daí que estas populações recorram com muita frequência ao crédito ⁽³⁹⁾, particularmente nos anos de más colheitas. Para solver as suas dívidas, quantas vezes se tinham de desfazer dos seus bens e, em última instância, da própria terra.

Há trigo um pouco por todo o lado, mas em pouca quantidade. O seu cultivo é imposto sobretudo pelos senhores, mesmo em terras pouco apropriadas ⁽⁴⁰⁾. Culturas específicas de cada espaço, são o centeio no interior e a cevada no Baixo Mondego. Nas duas regiões semeia-se o milho grosso. Este começou a ser cultivado precisamente no termo de Coimbra ⁽⁴¹⁾, e aos poucos foi-se estendendo para o interior, sendo nesta altura já o cereal mais vulgar

⁽³⁷⁾ Como se deduz da análise dos níveis de fortuna na região do interior. Vide *Idem, Ibidem*, pp. 81-89, e R. Cascão, *ob. cit.*, pp. 17-35.

⁽³⁸⁾ Atente-se nas preocupações que manifestam, nesta matéria, os homens da Academia das Ciências, em Maria Margarida Sobral Neto, «As estruturas agrárias em Portugal no tempo da Revolução Francesa», em *Estudios de Historia Social*, n.º 36-37, 1986, pp. 149-153. Em algumas regiões do interior esse atraso é reconhecido ainda em meados do século XIX. Vide J. L. Roque, *ob. cit.*, vol. I, tomo I, pp. 26-50 e 105-135. Ou até mesmo neste século. Vide O. Ribeiro, *ob. cit.*, pp. 107-111.

⁽³⁹⁾ Vide A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, pp. 58-81. Da mesma realidade nos fala Aurélio de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 17-18.

⁽⁴⁰⁾ Para os senhores o trigo trazia mais vantagem, porque era um cereal mais caro e fazia parte da sua alimentação. Vide João Nunes de Oliveira, *A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*. Coimbra, 1987, policop., p. 45.

⁽⁴¹⁾ Veja-se O. Ribeiro, *ob. cit.*, p. 114, e António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra, 1972, vol. II, pp. 141-144.

em toda a Beira ⁽⁴²⁾. A sua introdução constituiu, nas palavras de Orlando Ribeiro ⁽⁴³⁾, uma verdadeira revolução, transformando as condições de vida das populações pela sua maior produtividade e rendimento. Também surge o feijão que com ele costuma estar associado.

Aparece ainda com frequência o milho miúdo, principalmente no interior. O azeite está também generalizado. São as oliveiras árvores pouco exigentes quanto às condições de solo, vingando mesmo nos piores terrenos. O vinho também surge aqui e ali, mas só em algumas freguesias é cultura importante ou de qualidade, com destaque para Barcouço. Na área interior surge-nos ainda a castanha e, por toda a parte, o linho

Insere-se o ano do censo numa longa conjuntura desfavorável no que respeita à economia agrícola ⁽⁴⁵⁾, que começa em finais da década de 80 do século XVIII para só ser ultrapassada na segunda década do XIX. Naturalmente com matizes consoante os países, as regiões e os produtos e entrecortada por anos melhores. Mas a série de más colheitas provocou a escassez e consequente alta de preços que afectou todos os frutos da terra. E nessa conjuntura de preços altos, 1801 representa um verdadeiro pico em todo o reino e em todas as produções ⁽⁴⁶⁾. A penúria instala-se nos campos, pois a alta de preços é acompanhada por uma baixa nos salários,

(42) A extensão da área de milho parece ter sido feita à custa da área de centeio. Não se interessando os senhores nem por um nem por outro, os cultivadores puderam efectuar essa substituição que lhes trazia mais rendimento, sem oposição. Vide J. N. de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 35-46.

(43) Vide O. Ribeiro, *ob. cit.*, pp. 113-122, e ainda «Milho», em *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão).

(44) Os elementos relativos ao meio e às condições agrárias foram retirados de várias corografias e ainda de Manuel Dias Baptista, «Ensaio de huma descripção, fizica, e economica de Coimbra, e seus arredores», em *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*. Lisboa, tomo I, MDCCCLXXXIX, pp. 254-298.

(45) A caracterização da crise de escassez nestes anos está feita por F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 48-58. Veja-se ainda Antonio Eiras Roel, «Problemas demograficos del siglo XVIII», em *Espana a finales del siglo XVIII*. Tarragona, 1982, pp. 25-30; e Aurélio de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 21-23.

(46) Vide Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*. Paris, 1955, pp. 151-184.

agravando-se a situação com o clima de guerra. É de relevante importância acentuar este aspecto, porque o comportamento das populações é sensível às oscilações conjunturais. Em épocas más, sobe a mortalidade, há o frear da nupcialidade e paralelamente um aumento da emigração. A nível familiar, há tendência para a constituição de famílias complexas, sobretudo alargadas, assim como para práticas sucessórias não igualitárias ⁽⁴⁷⁾.

A população global nas freguesias estudadas é de 21 936 habitantes. Nos extremos encontram-se Quiaios (com 2 982) e S. Sebastião da Feira (com 170). Nas 11 paróquias localizadas no litoral vivem mais pessoas do que nas 15 do interior. A repartição dos efectivos populacionais pode ver-se no Quadro 1. A densidade populacional por unidade de superfície ⁽⁴⁸⁾ é superior nestas freguesias (62 hab./km²) à do país e da Beira ⁽⁴⁹⁾. E é mais elevada no Baixo Mondego (70) que no interior (55). A mais forte ocupação do território situa-se no campo ribeirinho e ainda em Liceia e Brenha (oscilando entre 100 e 250), com excepção de S. Facundo (44), onde existe um paúl. Murtede e Barcouço rondam os 50 hab./km², e Quiaios, com 35, tem a mais baixa densidade em toda a zona, sendo a freguesia constituída, em grande parte, por areias. A parte oriental é menos densamente povoada, variando entre os 50 e 80, destacando-se Bobadela e Oliveira do Hospital que atingem os 100. Teixeira (com 43) e sobretudo Fajão (com 20) são lugares com maior rarefacção populacional. No geral, nota-se que são as terras mais férteis que favorecem o mais intenso enraizamento humano.

(47) Como nos diz Antonio Eiras Roel, em «Préface», em *Evolution agraire et croissance démographique* (publ. por A. Fauve-Chamoux). Liège, 1987, p. 28.

(48) Os limites que estiveram na base do cálculo das áreas das freguesias foram determinados pela marcação de uma «fronteira» que separasse, a meio termo, as povoações que a elas pertenciam de outras que não faziam parte do grupo, ou até que fosse atingido um acidente natural proeminente (o mar, no caso de Quiaios, ou o rio, no das freguesias ribeirinhas). Para a elaboração dos perímetros foram utilizadas cartas do Instituto Geográfico e Cadastral na escala de 1:100000, com o apoio em outras na escala de 1:50000.

(49) Vide F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 234 e ss.

Quadro 1 — População e fogos por freguesias

Freguesias	Habitantes	Fogos	Hab./Fogo
Alvoco das Várzeas	414	102	4,06
Barcouço	1 157	286	4,05
Bobadela	655	160	4,09
Brenha	499	102	4,89
Carapinheira	2 155	542	3,98
Cioga do Campo	701	187	3,75
Covas	1 172	271	4,32
Fajão	697	140	4,98
Liceia	693	173	4,01
Lourosa	745	192	3,88
Meãs do Campo	920	208	4,42
Mouronho	1 091	271	4,32
Murtede	669	172	3,89
Oliveira do Hospital	764	195	3,92
Quiaios	2 982	656	4,55
Santa Ovaia	301	69	4,36
São Facundo	330	111	2,97
São Gião	858	212	4,05
São Martinho de Árvore	445	124	3,59
São Sebastião da Feira	170	38	4,47
São Silvestre	853	242	3,52
Sinde	651	164	3,97
Teixeira	416	87	4,78
Travanca de Lagos da Beira	1 092	278	3,93
Várzea de Góis	1 110	226	4,91
Vila Pouca da Beira	396	93	4,26
26 freguesias	21 936	5 301	4,14

A distribuição dos indivíduos por idades mostra que vivem ao ritmo do chamado «regime demográfico antigo» (ver Quadro 2). Com 43,2 % de indivíduos com menos de 20 anos e 8,6 % com mais de 60 ⁽⁵⁰⁾, e com um índice de vitalidade de 0,2, é uma popu-

⁽⁵⁰⁾ A distribuição da população por idades refere-se apenas a 25 freguesias, pois a lista de Várzea de Góis não as indica.

⁽⁵¹⁾ Percentagens que coincidem com as do país em geral, no censo de 1801, no caso dos idosos. No dos jovens, não é possível a comparação.

lação jovem que denuncia uma esperança de vida curta. Isto resulta de taxas elevadas quer de natalidade ⁽⁵²⁾, quer de mortalidade. Aparentemente não é exercido controlo sobre a fecundidade dentro do casamento. A reprodução do grupo é regulada através do funcionamento da nupcialidade. A idade média ao primeiro casamento ⁽⁵³⁾ é tardia: 28 anos no caso masculino, e 25 no feminino ⁽⁵⁴⁾. Apenas 0,2 % dos homens e 3,2 % das mulheres casam

porque a distribuição das idades nesse censo é feita por blocos, não se podendo isolar os menores de 20 anos, ver F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, p. 153. Os números aproximam-se dos de Salvaterra de Magos em 1788 (42,1 % e 7 %, respectivamente). Vide J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, «Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos socio-demográficos», em *Análise Social*, n.º 66, vol. XVII, 1981, 2.º, p. 340. E são mais altos, num caso e noutro, que os de Coruche no ano seguinte (39 % e 5,6 %). Vide J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *A demografia portuguesa em finais do antigo regime*, em *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 4, pp. 29-31.

⁽⁵²⁾ A taxa média de natalidade na década de 1795-1804 é, em Quiaios, de 35 por mil que, não sendo muito elevada, é ainda típica de antigo regime demográfico (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos por F. D. Cravidão, *ob. cit.*, p. 79).

⁽⁵³⁾ Os cálculos da idade média ao primeiro casamento e do celibato definitivo basearam-se nas indicações de idades das populações, através do método de Hajnal. Como a referência do estado civil das pessoas não é constante, foi necessário, quando faltava, deduzi-lo seguindo determinados parâmetros assentes na idade e posição relativa no agregado. Os resultados obtidos foram confrontados (por um teste de igualdade de proporções) com a distribuição do estado civil em 1802. Este confronto foi satisfatório em 27 sobre 30 casos (distribuição dos efectivos femininos e masculinos em 15 freguesias). Esta forma de dedução deixou ainda alguns casos indeterminados. Como a sua distribuição afectaria o cálculo da idade ao primeiro casamento ou da frequência do celibato foram realizadas duas contagens independentes, uma considerando esses casos como solteiros, outra como não celibatários. As idades médias ao primeiro casamento não apresentam, geralmente, diferenças sensíveis; o mesmo não se passa, no entanto, com a taxa de celibato definitivo, razão pela qual se apresentarão sempre os dois resultados, o primeiro considerando um número mínimo de solteiros, e o segundo o seu máximo.

⁽⁵⁴⁾ Confirmando o que foi dito na nota anterior, a idade média masculina ao primeiro casamento é de 28,05 com um número mínimo de solteiros, e de 28,37 com um número máximo; no caso das mulheres é de 25,35 e 25,29, respectivamente. Comparem-se estes valores com os conhecidos para outras regiões em R. Rowland, «Sistemas familiares e padrões demográficos

antes dos 20 anos. Não se registam, neste comportamento, diferenças entre as duas regiões estudadas. Mas nem todos casam. A taxa de celibato definitivo é de 9 % ou 14 %, para os homens, e de 12 % ou 19 % para as mulheres, apresentando aqui o interior uma taxa bastante mais alta ⁽⁵⁵⁾.

Quadro 2 — População por idade e sexo

Classe etária	Efectivos		Relação de masculinidade
	Masculino	Feminino	
0- 4	1 249	1 150	108,6
5- 9	1 285	1 182	108,7
10-14	1 234	1 112	111,0
15-19	822	857	95,9
20-29	1 255	1 723	72,8
30-39	1 347	1 485	90,7
40-49	1 161	1 183	98,1
50-59	836	917	91,2
60-69	549	650	84,5
70-79	229	218	105,0
80-89	63	65	96,9
90 ou mais	3	9	33,3
Idade desconhecida	655	696	94,1
Total	10 688	11 247	95,0

Nestas populações verifica-se uma relação de masculinidade de 95 %, coincidindo com a do reino, mas superior à da província da Beira ⁽⁵⁶⁾. Seguindo a sua evolução ao longo das idades, comparando-a com a curva modelo dessa relação referente a uma

em Portugal ...», *ob. cit.*, p. 26; e ainda Rui Cascão, «Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX», em *Revista de História Económica e Social*, n.º 15, Jan.-Jun. 1985, p. 89.

⁽⁵⁵⁾ No interior, as percentagens são: 11,25-17,9 para os homens e 15,34-24,85 para as mulheres; no litoral: 6,82-10,31 e 8,77-13,48 respectivamente.

⁽⁵⁶⁾ Vide F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 127 e ss.

população fechada ⁽³⁷⁾, vemos que até aos 14 anos, embora elevada, se enquadra nos parâmetros normais da curva. Desce depois e tem uma quebra muito acentuada dos 20 aos 29 anos. Continua com valores muito baixos até aos 39, esbatendo-se depois o desvio, mas só na classe dos 60-69 volta a aproximar-se dos valores padrão, afastando-se outra vez na classe seguinte. É, assim, uma população afectada pela emigração masculina. Na casa dos 20 anos há uma nítida sangria de gente, mais evidente no interior. Esta forma de avaliar a emigração, única possível a nível geral, é imprecisa, porque não leva em conta a imigração e pressupõe uma grande estabilidade feminina. A indicação das ausências nas listas de Lourosa e de Sinde permite-nos apreender melhor o fenómeno nessas freguesias, o que envolve somente 6 % dos efectivos populacionais com que trabalhamos. Nessas paróquias, os ausentes representam respectivamente 6,6 % e 8,9 % dos habitantes. A emigração é fundamentalmente masculina — na primeira, 87,5 % são homens, na segunda 98,2 % — e incide sobretudo nas idades dos 20 aos 29 anos (os homens emigrados são 45 % dos efectivos masculinos dessas idades), sendo ainda significativa na classe dos 30 aos 39 (27,7 %) e com muito menos peso em todas as outras. Quatro quintos dos que emigram são rapazes solteiros que viviam na dependência dos pais. O destino de eleição é Lisboa — para lá se dirigem 42 % dos que abandonam a terra, os outros ficam por povoações ou concelhos vizinhos, ou vão até Viseu ou Coimbra; há também gente no mar, mas 22 % são soldados ⁽³⁸⁾. A ausência pode ter assim significados diversos. Alguns terão saído de forma mais ou menos definitiva, outros poderão estar à soldada em lugares próximos. O recrutamento militar introduz um factor de grande perturbação na avaliação do fluxo migratório, tornando mais pronunciado o défice masculino na classe dos vinte anos.

⁽³⁷⁾ Seguimos a curva padrão apresentada por Louis Henry (*Techniques d'analyse en Démographie Historique*, Paris, 1980, p. 16).

⁽³⁸⁾ Só Lourosa tem a indicação sistemática dos destinos, por isso a base de dados é reduzida.

Dimensão dos agregados

As 26 freguesias são constituídas por 5 301 fogos, registando-se um número médio de habitantes por fogo de 4,14. A relação é mais alta que a do reino (3,84) e que a da província da Beira (3,90) ⁽⁵⁹⁾. Se desdobrarmos o nível de análise por regiões, detectamos que no litoral a média é ligeiramente mais baixa (4,07) do que no interior (4,22). Se descermos à micro-análise por freguesia, encontramos uma variação muito grande que vai desde os 2,97 de S. Facundo aos 4,98 de Fajão. Distingue-se, contudo, na generalidade, uma certa similitude na média de pessoas por fogo em paróquias limítrofes ⁽⁶⁰⁾.

Em todas as freguesias estudadas a maior dimensão de agregado observada foi de 15 indivíduos. Os agregados muito grandes, relativamente raros, são-no ainda mais para a região litoral, e em particular para as freguesias do campo, das quais três não têm agregados nesta categoria (isto é, de fogos com dimensão igual ou superior a 10 membros). Pelo contrário, no interior, em mais de metade das freguesias se verifica uma amplitude de pelo menos 1-12. Esta variação na amplitude entre as duas regiões explicará, em parte, a diferença na dimensão média dos agregados, devida, sobretudo, ao maior peso dos fogos de grande dimensão.

⁽⁵⁹⁾ Vide F. A. P. de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 234 e ss. A relação é semelhante ou mais baixa que a revelada pelo censo de Inglaterra de 1801. Vide R. Wall, «Mean household size in England from printed sources», em *Household and family* p. 192, quadro 5.3; e bastante inferior à da Áustria, de 6,55 (cálculos efectuados a partir dos dados de 5 freguesias na década de 1796-1805). Vide P. Schmidtbauer, «The changing household: Austrian household structure from the seventeenth to the early twentieth century», em *Family forms* pp. 375-378.

⁽⁶⁰⁾ Média de 4,5 a 5 em Teixeira e Fajão, Quiaios e Brenha e ainda Várzea de Góis, esta isolada; de 4 a 4,5 em S. Sebastião da Feira, Santa Ovaia, Vila Pouca da Beira, Covas, Bobadela, Alvoco das Várzeas e S. Gião, e no litoral, Liceia; de 3,5 a 4 Oliveira do Hospital, Travanca de Lagos da Beira, do outro lado, S. Silvestre, S. Martinho de Árvore, Cioga do Campo e Carapinheira; muito próximos estão os valores das freguesias de Mouro-nho e de Sinde, assim como de Murtede e Barcouço; Meãs do Campo e Lourosa afastam-se da média das freguesias da zona a que pertencem; S. Facundo surge bastante isolada.

Com efeito, a distribuição relativa dos agregados segundo a sua dimensão, expressa em classes (ver Quadro 3), revela-nos uma proximidade bastante acentuada entre as duas regiões até à classe dos fogos grandes (de 7 a 9 pessoas/fogo). A classe seguinte marcará, no entanto, nítida distinção em termos relativos ⁽⁶¹⁾.

Quadro 3 — Dimensão dos fogos e distribuição da população

	Fogos pequenos 1-3		Fogos médios 4-6		Fogos grandes 7-9		Fogos muito grandes 10 ou mais	
	F	P	F	P	F	P	F	P
26 freguesias	43,0	22,7	42,9	50,4	12,5	23,2	1,4	3,6
Litoral	43,5	23,1	43,2	51,7	12,6	23,1	0,8	2,1
Interior	42,5	22,3	42,5	49,0	12,9	23,4	2,1	5,3
S. Facundo	68,5	49,7	28,8	43,6	2,7	6,7		
Fajão	32,1	15,9	44,3	44,0	17,9	27,7	5,7	12,3

F = Percentagem de fogos em cada categoria.

P = Percentagem de população em cada categoria.

Se a proporção de fogos pequenos é semelhante à dos médios, a proporção da população que lhes está afecta não apresenta, naturalmente, a mesma concordância: cerca de metade dos habitantes vive em fogos médios, ao passo que é aproximada a população que vive em fogos pequenos e a que vive em fogos grandes. Nas duas freguesias de dimensões médias extremas podemos ver

⁽⁶¹⁾ Em comparação com as 100 comunidades inglesas, com 36,4 % de 1-3, 42,3 % de 4-6, 16,5 % de 7-9 e 4,9 % de mais de 10 (*vide* P. Laslett, «Mean household size ...», *ob. cit.*, p. 142), nota-se que há uma maior concentração nas classes de fogos pequenos e médios, uma menor proporção de fogos grandes e uma reduzida minoria de fogos muito grandes. Para Portugal, alguns confrontos podem ser feitos: com Coruche (*ob. cit.*, p. 45), Salvaterra de Magos (*ob. cit.*, p. 354) e Figueira da Foz (*ob. cit.*, p. 110). Em relação a outros países pode ver-se P. Laslett, «Introduction», em *Household and family* p. 77, quadro 1.7, e J. Hajnal, «Two kinds of pre-industrial ...», *ob. cit.*, p. 83.

reflectida, igualmente de forma extrema, a variação regional: em S. Facundo, metade dos habitantes está afectada aos fogos pequenos (e não há fogos muito grandes); em Fajão, 40 % habita em fogos grandes ou muito grandes.

A dimensão média experimentada⁽⁶²⁾ assume um valor de 5,25 hab./fogo para as 26 freguesias, e de 5,12 e 5,38 para as regiões litoral e interior, respectivamente. Este valor não pode ser ignorado: ele representa, de uma maneira mais fiel, a ideia que a maior parte das pessoas numa determinada região fará da dimensão do seu grupo de residência. A determinação desta medida poderá ajudar a compreender o «mito» dos grandes agregados de antigamente e, por consequência, definir com maior precisão os limites da crítica a essa noção. Se tomarmos os valores medianos das duas dimensões (simples e experimentada), poder-se-á ver que se metade dos fogos tem uma dimensão igual ou superior a 4, metade da população vive em agregados de dimensão igual ou superior a 5.

A dimensão não significa por si a estrutura do agregado, pois pode haver muitas pessoas num fogo e ser isolado, e, ao invés, haver poucas e ser complexo. A sua relevância reside sobretudo no facto de permitir testar se é válido pressupor que uma média mais elevada de habitantes por fogo significa maior número de fogos complexos, especialmente se tratarmos com quantidades apreciáveis. Os nossos dados parecem indiciar esta relação, como veremos, embora freguesia a freguesia haja desvios significativos.

Estrutura dos agregados

A análise da estrutura dos agregados segundo o parentesco baseia-se na chamada «tipologia de Cambridge»⁽⁶³⁾. Como se sabe,

(62) A dimensão média experimentada dá-nos uma medida da distribuição da população envolvida nas dimensões verificadas. Como as dimensões superiores têm um peso relativo mais elevado do que as inferiores, do ponto de vista da população abrangida, esta média será, normalmente, mais elevada do que a dimensão média simples (sendo também função da variação da distribuição de frequência das várias dimensões).

(63) Veja-se P. Laslett, «Introduction», em *Household and family* pp. 23-46. Atentar, no entanto, no que o próprio Peter Laslett diz mais

o centro polarizador da análise assenta no núcleo conjugal, com ou sem filhos (deste faz parte também o viúvo ou viúva com filhos), ordenando-se depois os outros casos à parte: os que vivem sós, os que não têm laço conjugal, e os de estrutura familiar complexa. Em qualquer dos casos, os criados não participam de qualquer forma na atribuição da categoria de estrutura do fogo onde residem (o que permite a existência de agregados de tipo «isolado» com mais de um membro). Nesse modelo introduzimos, no entanto, algumas alterações com o objectivo de melhor o adequar aos dados fornecidos pelas listas e à realidade vivencial e socio-económica que estudamos. Nos agregados familiares simples (ou nucleares), acrescentamos duas novas classes. Por um lado, solteiras com filhos ⁽⁶⁴⁾, porque têm uma situação de natureza específica. Embora, na prática, a sua vivência se possa assemelhar à de uma viúva com filhos, a sua família não se fundamenta num laço conjugal, constituindo-se portanto à margem das normas da instituição familiar. Por outro, uma classe referente a «outros casos», que cobre sobretudo as mulheres casadas com filhos, cujo marido está ausente ⁽⁶⁵⁾ — para atender às situações em que não há filhos do casal foi aberta uma classe correspondente no tipo de isolados. Parece-nos incorrecto considerar mulheres casadas com filhos, e tendo o marido ausente, como viúvas. Desde logo, pelas implicações que traz no ciclo de vida familiar — uma mulher viúva pode voltar a casar, a que tem marido ausente não. Para além disso, a indicação de ausência cobrirá uma gama muito vasta de situações, como vimos.

que uma vez (*ob. cit.*, p. 33, nota 48, e em «Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared», em *Family forms* p. 516, nota 6)—o seu sistema de classificação dos agregados familiares baseia-se num sistema proposto por Louis Henry em 1967, com uma alteração importante que tem que ver com a determinação do sentido de alargamento dos agregados.

⁽⁶⁴⁾ Nesta alteração seguimos a proposta de Robert Rowland, «Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças», em *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, n.º 2/3, Porto, 1981, pp. 217-220.

⁽⁶⁵⁾ Engloba, de forma muito excepcional, homens casados com filhos sem referência a qualquer mulher, e um solteiro com filhos.

Quadro 4 — Estrutura de parentesco dos agregados

Tipos	Classes	Casos	%
1. Isolados	1a. Viúvos(as)	212	4,0
	1b. Solteiros (as)	180	3,4
	1c. Casados(as)	3	0,1
	1d. Estado civil desconhecido	137	2,6
	Sub-Total	532	10,0
2. Agregados não conjugais	2a. Irmãos	129	2,4
	2b. Outros parentes	68	1,3
	Sub-Total	197	3,7
3. Agregados simples	3a. Casal sem filhos	469	8,8
	3b. Casal com filhos	2 551	48,1
	3c. Viúvos com filhos	177	3,3
	3d. Viúvas com filhos	489	9,2
	3e. Solteiras com filhos	76	1,4
	3f. Outros casos	132	2,5
	Sub-Total	3 894	73,5
4. Agregados alargados	4a. Alargamento ascendente	205	3,9
	4b. Alargamento descendente	102	1,9
	4c. Alargamento lateral	160	3,0
	4d. Combinações 4a.-4c.	16	0,3
	Sub-Total	483	9,1
5. Agregados múltiplos	5a. Unidade secundária ascendente	10	0,2
	5b. Unidade secundária descendente	132	2,5
	5c. Unidade secundária lateral	—	—
	5d. Frérèche	5	0,1
	5e. Outras combinações	2	0,0
6. Indeterminados	Sub-Total	149	2,8
	6a. Sem unidade familiar aparente	20	0,4
	6b. Inclui unidade familiar	26	0,5
	Sub-Total	46	0,9
Total		5 301	100,0

Nos isolados, separámos os solteiros dos de estado civil desconhecido, porque de outro modo ficariam completamente subsumidos, quando é importante avaliar o seu peso. Por razões de coerência interna, juntámos na categoria 6 todos os agregados que têm estrutura familiar não determinada (ou seja, em que as relações de parentesco indicadas são insuficientes para os colocar em qualquer outra classe) anulando a classe 2c, fazendo a distinção, nos fogos de estrutura indeterminada, entre aqueles para os quais há conhecimento da existência de uma unidade familiar, e os restantes. Nos agregados não conjugais apenas ficarão os fogos com relações de parentesco conhecidas e que não contêm qualquer unidade familiar ⁽⁶⁶⁾.

Com estas modificações, apresentamos no quadro 4 os resultados a que chegámos. Da sua leitura, ressalta imediatamente o forte peso das famílias de estrutura nuclear, assim como uma percentagem alta de isolados. O mais significativo, contudo, reside na proporção relativamente baixa de agregados complexos, e muito em especial de múltiplos. É importante inscrever estas conclusões no contexto europeu para melhor situar os comportamentos familiares desta região. Peter Laslett propôs a definição de quatro grandes áreas na Europa tradicional, com contrastes bem vinculados, no que respeita à estrutura dos agregados segundo o parentesco e o trabalho: «Oeste e Noroeste», «Centro», «Mediterrâneo» e «Leste», que se caracterizam pela existência de um conjunto de tendências, não sendo, por isso, encaradas como expressão de modelos absolutos ⁽⁶⁷⁾. As freguesias que utilizamos para comparação são as escolhidas pelo Autor como ilustrativas de cada uma dessas áreas (ver Quadro 5).

A estrutura dos agregados familiares da zona centro do país parece inserir-se claramente no modelo familiar europeu do Oeste

⁽⁶⁶⁾ Os netos dos cabeças, filhos de filhas solteiras ou de viúvos a viver com os pais (cuja filiação só foi apurada graças à consulta dos registos paroquiais) foram inseridos com os seus pais em unidades familiares, transformando a maior parte das vezes fogos aparentemente alargados em múltiplos.

⁽⁶⁷⁾ Vide P. Laslett, «Family and household as work group and kin group ...», *ob. cit.*, pp. 513-535.

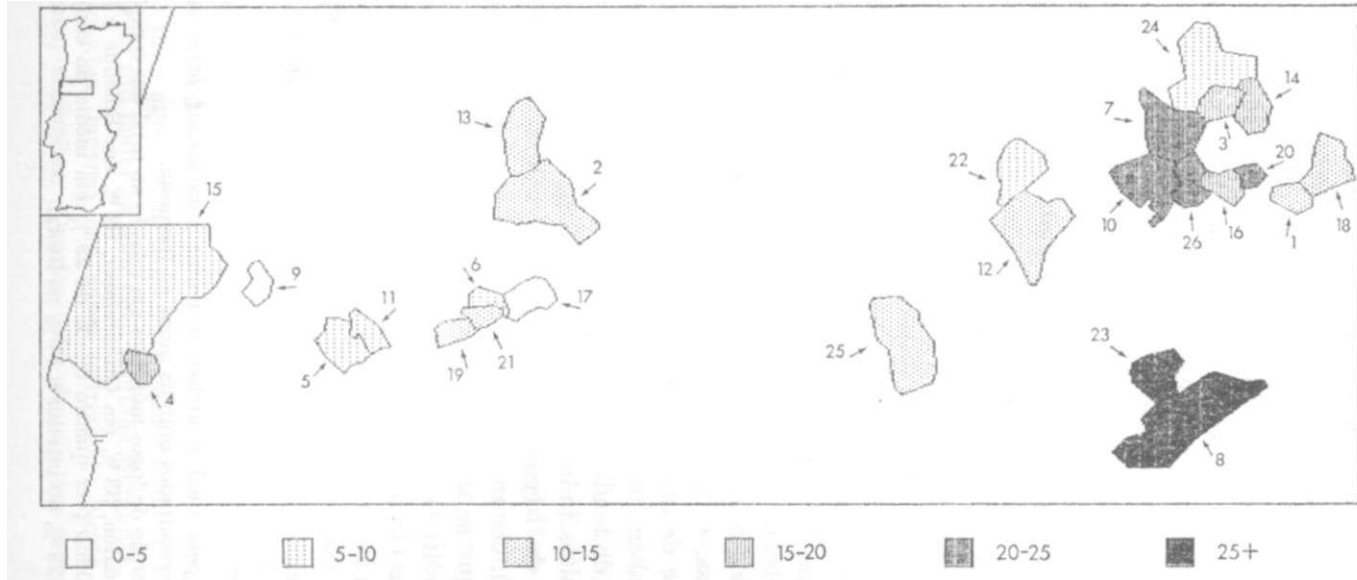
e Noroeste. Há, no entanto, uma diferença sensível entre as freguesias do litoral e as do interior, se bem que esta distinção seja mais quantitativa do que qualitativa, quer dizer, o modelo em presença é o mesmo, apenas com expressões diferentes. No litoral, há um maior peso das estruturas nucleares, acompanhadas de uma menor proporção de agregados complexos. No interior diminuem os fogos simples e acentuam-se os complexos (70 % mais), sobretudo os múltiplos (mais do triplo; do litoral para o interior a contribuição dos agregados múltiplos para o conjunto dos agregados complexos sobe de 15 para 30 %), mas mesmo estes aproximam-se bem mais dos valores do noroeste europeu do que dos do centro, dado que se mantêm os valores elevados de fogos isolados e sem estrutura conjugal (13,8 %). De todo em todo, o conjunto das freguesias ou qualquer das regiões estão bastante longe do modelo mediterrânico, onde, *a priori*, se julgariam integradas.

Quadro 5 — Estrutura dos agregados segundo o parentesco
(região em estudo e modelos europeus)

Regiões	Tipos de estrutura de agregado						
	1	2	3	4	5	6	4 + 5
Elmdon (oeste e noroeste)	6,1	7,0	73,0	12,2	1,7		13,9
Grossenmeer (centro)	1,4	0,7	68,3	19,7	9,9	—	29,6
Bolonha (Mediterrâneo)		2,6	61,0	12,7	22,1	1,6	34,8
Krasnoe Sobakino (leste)	—	—	13,3	6,7	80,0	—	86,7
26 freguesias	10,0	3,7	73,5	9,1	2,8	0,9	11,9
— litoral	10,9	2,8	76,7	7,6	1,3	0,7	8,9
— interior	9,1	4,7	69,8	10,8	4,5	1,0	15,3

Sobre identidade dos tipos de estrutura ver Quadro 4. A última coluna é a proporção de agregados complexos (alargados e múltiplos). Fonte para ilustração das regiões da Europa: P. Laslett, «Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared», em R. Wall (ed.), *Family forms in historic Europe*. Apesar das modificações introduzidas no esquema, as comparações são possíveis, uma vez que os valores não se alteram a não ser nas classes 2c e 6a, o que envolve percentagens insignificantes.

Proporção de agregados complexos nas 26 freguesias



Os intervalos das classes estão expressos em percentagens.

Freguesias: 1 — Alvoco das Várzeas; 2 — Barcouço; 3 — Bobadela; 4 — Brenha; 5 — Carapinheira; 6 — Cioga do Campo; 7 — Covas; 8 — Fajão; 9 — Liceia; 10 — Lourosa; 11 — Meãs do Campo; 12 — Mouronho; 13 — Murteide; 14 — Oliveira do Hospital; 15 — Quiaios; 16 — Santa Ovaia; 17 — São Facundo; 18 — São João; 19 — São Martinho de Árvore; 20 — São Sebastião da Feira; 21 — São Silvestre; 22 — Sínde; 23 — Teixeira; 24 — Travanca de Lagos da Beira; 25 — Várzea de Góis; 26 — Vila Pouca da Beira.

Numa análise mais aprofundada dentro destas duas regiões ligeiramente distintas, encontramos variações locais bastante marcadas ⁽⁶⁸⁾ que se verificam não tanto ao nível de freguesia, mas de grupos de freguesias contíguas ou muito próximas, como se vê no mapa. As gradações que este apresenta fazem-nos crer na existência de micro-regiões (definidas por um conjunto mais ou menos vasto de freguesias) no que respeita às estruturas familiares complexas. Na zona interior, surge-nos uma série de paróquias com um índice de agregados complexos que, ultrapassando os 20 %, se distingue claramente da proporção global de 11,9%. Mas estas não se distribuem no espaço ao acaso. Pelo contrário, é possível incluí-las em dois blocos: Covas, Lourosa, Vila Pouca da Beira e São Sebastião da Feira, por um lado; Fajão e Teixeira, por outro. Entre um e outro a distinção é não só geográfica como também quantitativa. No primeiro caso o valor de complexidade, relativamente elevado, ronda os 20 %, no segundo é superior a 25 %. Ou seja, 1/5 e 1/4 dos fogos nestes dois blocos têm uma estrutura complexa.

Os agregados complexos, no entanto, englobam dois tipos de estrutura diversa, os alargados e os múltiplos, sendo estes últimos aqueles que de maneira mais precisa diferenciam os modelos familiares. Também em relação aos múltiplos, aqueles dois blocos seguem a linha de tendência já enunciada. Teixeira e Fajão mostram os mais altos índices (com 11,5 e 8,6%, respectivamente), o outro grupo de freguesias, embora com valores mais baixos (de 5,3 a 7,3 %), claramente acima da média geral e até da média da região em que se inserem. Revelam, no entanto, matizes na proporção de múltiplos em relação ao total de complexos. Se em todas elas é mais elevada que a geral ⁽⁶⁹⁾, em S. Sebastião da Feira e Vila Pouca da Beira é inferior à média do interior, enquanto que em todas as outras está acima, ressaltando Teixeira, com 41,7 %. Por todos os dados apontados, as estruturas familiares destes dois

⁽⁶⁸⁾ Razão pela qual é arriscado tentar caracterizar áreas muito vastas a partir de resultados obtidos numa só freguesia.

⁽⁶⁹⁾ A proporção de fogos múltiplos em relação ao total dos complexos é de 12 % em Elmdon, 33 % em Grossenmeer, 63 % em Bolonha e 92 % em Krasnoe Sobakino (ver quadro 5). É de 23 % em média no conjunto das 26 freguesias, 29 % no interior e 14 % no litoral.

blocos distanciam-se significativamente das demais freguesias, aproximando-se Fajão e Teixeira do modelo familiar do centro da Europa.

Nas restantes nove paróquias do interior, com menos fogos complexos, se bem que com cambiantes, também se nota uma certa similitude na configuração dos agregados quando elas são confinantes. Por exemplo, em Santa Ovaia, os índices de 18,8 colocam-na bem mais perto das suas vizinhas que de todas as outras. Destacam-se Sinde e Travanca de Lagos da Beira pelos poucos agregados complexos que comportam. São também estas, juntamente com Alvoco das Várzeas e Várzea de Góis, que mostram a menor proporção de múltiplos (à volta de 2 %). No conjunto, apenas quatro têm um valor de complexidade de estrutura inferior ao geral.

No litoral, a situação é inversa. Só três freguesias registam um conjunto de fogos alargados e múltiplos um pouco superior à percentagem global. Os valores mais baixos encontram-se em Liceia e S. Facundo. A região parece muito mais homogénea nos seus baixos valores de complexidade, formando como que um só bloco, do qual apenas se afasta Brenha; e, embora mais ligeiramente, Barcouço e Murtede esboçando um bloco próprio.

Essas três freguesias, assim como S. Silvestre, são as que têm o maior número de múltiplos (entre 2,5 e 3,5 %), enquanto todas as outras estão abaixo de 1,6%. Liceia e S. Facundo não têm nenhum (mas a primeira tem um e a segunda tem dois fogos indeterminados com unidade familiar que poderão ser múltiplos). Também são aquelas paróquias que têm as maiores proporções de múltiplos dentro dos complexos (variando de 18,6 % na Brenha a 25 % em Murtede e S. Silvestre). Todas as outras têm valores muito mais baixos, excepto S. Martinho de Árvore que chega a 15,2 %.

Em muitas freguesias, a distribuição dos agregados segundo o parentesco parece estar associada às condições de fertilidade da terra. De facto, no campo do litoral ou nos vales irrigados do interior predominam as formações nucleares, enquanto que nas zonas mais agrestes da montanha (salientando-se Fajão e Teixeira) se revela um maior pendor para famílias alargadas, se bem que não dominantes, mesmo nos casos extremos. Neste quadro há, no entanto, variações. Quiaios está situada em terrenos arenosos e

pobres e os seus agregados têm um valor de complexidade muito baixo, para o que terá contribuído o facto de, nessa altura, ser pólo de forte imigração ⁽⁷⁰⁾. Também no interior montanhoso há freguesias que não mostram os comportamentos familiares característicos dessa região, como Travanca de Lagos da Beira, S. Gião, Sinde ou Mouronho.

Composição dos agregados

Um grupo doméstico é um corpo formado por pessoas que têm entre si relações estreitas, mas que ocupam posições diversas nesse pequeno mundo. A maioria está ligada por laços de parentesco, em grande parte com a sua origem no casamento, mas alguns estão ligados apenas por relações de trabalho ⁽⁷¹⁾. À testa desses grupos estão os cabeças, chefes do agregado, que detêm a autoridade e portanto determinam, de forma mais ou menos lata e mais ou menos rígida, todas as actividades e estratégias familiares ⁽⁷²⁾. São assim eles que marcam toda a teia relacional, seja pessoa só ou integre um casal, e por isso a posição de todos os outros elementos da família é fixada a partir deles, inclusivamente a dos pais ou sogros que consigo vivam.

A composição dos agregados, na sua dimensão e complexidade, depende de vários factores. Entre eles, do regime da nupcia-

(70) Ver F. D. Cravidão, *ob. cit.*, pp. 76-83.

(71) No conjunto das freguesias, há dois fogos com uma composição particular. Um encontra-se em Bobadela e é constituído apenas por criados, cinco mulheres e um homem, mas que estão relacionados com um agregado anterior pertencente a um doutor que vive numa quinta. Dá ideia que se trata de um *houseful* (na terminologia inglesa), ou seja, todos fazem parte da mesma casa de lavoura, mas os criados vivem em habitação separada. O outro situa-se em Vila Pouca da Beira e é composto por «familiares» das religiosas. Nele vivem o padre confessor, o padre capelão, o sacristão, o esmoler, uma veleira, uma criada e mais quatro mulheres, provavelmente também serviçais.

(72) É impossível avaliar com exactidão o poder efectivo do cabeça. Não sabemos, por exemplo, quais as relações de poder que mantém dentro do agregado, sobretudo com os pais que com ele vivam. Estes, mesmo que não tomassem decisões, seriam provavelmente ouvidos e seriam, com certeza, credores de um respeito especial.

lidade e da evolução do ciclo de vida familiar. São mais pequenos os encabeçados por solteiros e tendem a sê-lo os agregados de casais jovens (ainda não houve ou houve poucos nascimentos de filhos) ou os de casais de idade avançada (em que a maioria dos filhos já abandonou o lar paterno). A realidade familiar não pode, contudo, ser inscrita em esquema tão redutor. Com aqueles factores, outros se prendem, os quais levam à constituição de agregados complexos, em que ao núcleo conjugal outros parentes se vêm juntar.

Nas 26 freguesias estudadas, os cabeças, por si ou com o cônjuge, representam uma percentagem elevada, o que em parte se deve aos muitos fogos isolados (ver Quadro 6). Mas são os filhos, naturalmente, os mais numerosos, constituindo mais de metade da população. Aqui englobamos também os enteados, porque estes raramente são referidos como tais, embora se saiba que nas famílias de antigo regime há frequentemente filhos de vários leitos⁽⁷³⁾; em contrapartida, excluímos os que são chefes de unidades familiares. Vivendo em 75 % dos agregados, a dimensão média dos grupos de filhos é de 3,15. Os filhos são jovens, só 11,5 % permanecem em casa dos pais acima dos 25 anos, e apenas 5,8 % acima dos 30, sendo mais altas essas percentagens no interior.

Como os agregados simples são dominantes, também o são pais e filhos, mas em muitas casas⁽⁷⁴⁾ com eles convivia uma multiplicidade de parentes, se bem que o seu número fosse percentualmente reduzido, sobretudo no litoral. Estes são irmãos ou cunhados (um terço) e netos (27,6%). Mas também sobrinhos (15 %) e genros e noras (12,3 %). Encontra-se ainda um número apreciável de pais ou sogros de chefes de agregado (8,8 %). Tios e primos são muito poucos.

Entre os parentes predominam os elementos femininos (57,8%). As diferenças mais vincadas entre sexos estão nas mães e sogras que são dez vezes mais que os seus correspondentes masculinos e, embora não tanto, nas irmãs (quase o dobro dos irmãos). Ao

(73) Tivemos oportunidade de verificar este facto nos registos paroquiais que consultámos.

(74) Há 15,9 % de agregados com parentes, mas enquanto no litoral esse número se reduz a 11,8 %, no interior é de 20,5 %.

invés, as noras são apenas 39 % no grupo que formam com os genros.

Quadro 6 — Composição dos agregados

Posição	26 freguesias		Litoral		Interior	
	%	M		M	%	M
Cabeças (*)	39,6	1,64	40,9	1,67	38,0	1,60
Filhos	51,1	2,11	51,4	2,10	50,8	2,14
Parentes	6,4	0,26	4,3	0,18	8,7	0,37
Criados	2,5	0,10	3,0	0,12	2,1	0,09
Outros	0,4	0,02	0,3	0,01	0,4	0,02
Total	100,0	4,14	100,0	4,09	100,0	4,22

M = Número médio, por agregado, de pessoas em cada posição.

(*) São considerados também os seus cônjuges.

É nos fogos alargados que se concentra metade dos parentes, distribuindo-se os outros de modo mais ou menos equitativo pelos agregados não conjugais (20,8 %) e múltiplos (23,8 %). Distribuição que não é igual no litoral e no interior: aqui acentua-se a vivência de parentes em fogos de categoria 5 (28,8 %), enquanto se reduz muito no litoral (14,3 %).

Por tudo isto, a ocorrência de duas gerações no mesmo agregado é a mais frequente (71 %). E se há muitos agregados com uma única geração (21,6 %), são raros os de maior profundidade geracional ⁽⁷⁵⁾.

Se o número médio de parentes por fogo está de acordo com os parâmetros da família do noroeste europeu (mas mais elevado

⁽⁷⁵⁾ Nos agregados que contêm duas gerações englobam-se não só pais e filhos, mas também ascendentes do cabeça (0,2 %) ou sobrinhos (2 %). Os de uma geração incluem sobretudo os isolados, os irmãos ou primos, e os casais sem filhos. Com três gerações (6 %), com quatro ou mais (0,1 %), são fogos alargados e múltiplos. A repartição regional é desigual: no interior há maior profundidade geracional, enquanto no litoral há um maior número de agregados de uma só geração.

no interior), já o número de criados fica muito aquém ⁽⁷⁶⁾. Apenas surgem em 6,7 % dos agregados, embora nas freguesias a poente essa percentagem seja um pouco mais elevada (8 %). A maioria dos fogos (70 %) apenas conta com um criado, sendo muito poucos os que têm mais de cinco. Como criados considerámos, para além dos assim designados, os engeitados maiores de 7 anos (idade a partir da qual, em princípio, desempenham esse tipo de tarefa ⁽⁷⁷⁾) que são ainda 4 % dos criados, os escravos (três), as amas (cinco) e um feitor. Entre as categorias nos ofícios mecânicos aparecem só um oficial, um aprendiz e dois discípulos.

Alguns destinavam-se ao serviço doméstico ou oficinal, mas a maior parte ocupava-se na lavoura, razão pela qual há equilíbrio na distribuição dos sexos (homens são 48,1 %, mulheres 51,9 %). Já a distribuição por idades está longe de ser uniforme. Os criados são sobretudo adolescentes e adultos jovens, pois 78,3 % têm menos de 30 anos (85 % no litoral e 68 % no interior). O mesmo acontece com as criadas, mas de forma menos vincada (71 % têm menos de 30 anos). Para fazermos uma ideia mais clara do significado destes números, comparemos os criados com os efectivos populacionais. Entre os 10 e os 30 anos os criados representam 5,6 % da população masculina dessa classe etária e as criadas 4,9 %, enquanto que acima dos 30 apenas 1,26 % e 1,67 %, respectivamente. Mas há muito mais criados dos 10 aos 20 (70 %) que dos 20 aos 30, enquanto no sexo feminino essa diferença é reduzida (52 % contra 48 %). Por outro lado, e com raras excepções, os criados são solteiros.

O facto de os criados serem jovens e solteiros mostra um tipo de comportamento semelhante ao do noroeste europeu. Por parte dos patrões compreende-se esta preferência, porque os salários dos

⁽⁷⁶⁾ Com a percentagem de 2,53 em relação à população total fica também longe do valor encontrado em Trás-os-Montes na mesma época de 4,37 % (cálculos efectuados a partir dos dados publicados por José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra, 1981, pp. 168-169, 228-229, 330-331 e quadro XII).

⁽⁷⁷⁾ Os próprios padres, por vezes, os identificam, dizendo «engeitado criado». No entanto, só a partir dos 12 anos têm direito a soldada (ver Maria Antónia Lopes, *Os expostos no Concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866)*. Subsídios para o seu estudo, sep. da Revista Portuguesa de História, tomo XXI, 1985, pp. 155-156).

rapazes são mais baixos que os dos homens feitos. Mas acima de tudo demonstra que a condição de criado é transitória no seu ciclo de vida. Empregam-se à soldada até se instalarem. Quando casam ou atingem a maioridade, criam o seu próprio lar, passando eventualmente a trabalhar terra sua, ou passando à condição de jornaleiros. As diferenças regionais nas idades mostram que, de facto, têm mais facilidade em se estabelecer no Baixo Mondego, abandonando a condição de criados mais cedo.

O baixo número de criados pode ficar a dever-se a uma série de factores — a pequena dimensão da maioria das propriedades, à escala das possibilidades de trabalho de uma família; a prática de entreajuda familiar ou de vizinhança nas épocas de fainas agrícolas mais exigentes e árduas (o que pressuporia uma homogeneidade social de grande parte da população ⁽⁷⁸⁾); uma proporção elevada de jornaleiros que desempenhariam tais tarefas mas viviam nas suas próprias casas (incluindo aqui os seus filhos que não saíssem da terra) os quais tornariam menos necessário o recurso a criados que provavelmente acarretariam mais encargos, dado que a sua prestação de serviços é mais constante ao longo do ano.

Deve existir sub-registo no que se refere a expostos ou engeitados em criação. Apenas nos aparecem dois, cada um em seu agregado ⁽⁷⁹⁾, o que não se coaduna com as informações de 1802. Todavia, mesmo então, o número de expostos é muito baixo. Julgamos que se não valem desse meio para aumentar os proventos familiares, recorrendo mais ao seu serviço como criados, se bem que apenas em sete freguesias, e só em Quiaios e Várzea de Góis com algum peso (10 % e 25,8 % do total de criados, respectivamente).

Ciclo de vida familiar e formação dos agregados

A análise transversal feita a partir deste tipo de fontes permite definir as estruturas familiares existentes num dado momento

⁽⁷⁸⁾ Com excepção de alguns, como veremos adiante, que têm mais criados: os lavradores e gente de qualidade.

⁽⁷⁹⁾ Os dois engeitados em criação aparecem em S. Martinho de Arvore e em Santa Ovaia. Ficam em dúvida cinco engeitados na Várzea de Góis, porque como a lista dessa freguesia não tem idades, não é possível averiguar se estão em criação ou como criados. Os outros três engeitados desta paróquia têm, explicitamente, a indicação de «criados».

e caracterizar tendências de comportamento. É essa imagem, fixa no tempo, que vimos até agora. Mas não permite captar o movimento que anima essas estruturas, em especial a dinâmica do ciclo de vida familiar, que as altera ou pode alterar. De facto, a dimensão, estrutura e composição de qualquer família estão sujeitas a uma grande mutabilidade. O número de pessoas e as relações entre elas variam muito durante o ciclo de vida doméstico. As famílias vão-se modificando ao ritmo dos nascimentos, casamentos e óbitos.

Assim, a imagem que surge aos nossos olhos — o forte peso das famílias nucleares e a baixa percentagem de fogos complexos — é válida para o momento em que foi colhida, mas não podemos afirmar que as famílias nucleares permanecem como tais durante toda a vida dos seus membros, e que não passam, episódica ou transitoriamente, por formas mais alargadas.

Para apreender o processo de formação e transformação dos agregados familiares, o ideal seria dispor de uma série de listas nominativas, consecutivas no tempo. À falta desses elementos, outras abordagens, baseadas no próprio censo, são possíveis, se bem que indirectas, sobretudo através das distribuições etárias relacionadas com vários indicadores, como o estado civil ou a estrutura de parentesco dos agregados ⁽⁸⁰⁾ (ver Quadro 7).

Antes de mais interessa saber a idade em que, por norma, se acede ao encabeçamento do fogo. O acesso de uma pessoa à cabeça faz-se por duas vias, ou pela formação de um novo agregado ou pela passagem da autoridade que até aí residia num elemento (por regra pai ou mãe ⁽⁸¹⁾) para o novo chefe. Esta passagem pode realizar-se à morte do anterior cabeça, ou ainda em tempo de vida deste. Com os dados de que dispomos, parece-nos claro que essa passagem de autoridade era, em termos gerais, bastante rara no que toca à transferência do encabeçamento em vida, e mais rara ainda se o chefe de agregado fosse homem. Com efeito, os fogos múltiplos com unidades secundárias descendentes

⁽⁸⁰⁾ Todos os cálculos feitos nesta parte subestimam eventuais mutações conjunturais nos comportamentos familiares ou, dito de outro modo, pressupõem a manutenção das estruturas do ponto de vista global.

⁽⁸¹⁾ De facto, 90 % dos agregados alargados ascendentes têm a presença de pai ou mãe isolados. Os restantes são tios e uma avó.

são 13 vezes mais do que os que têm unidades secundárias ascendentes. Nos alargados ascendentes nota-se uma pequena dominância dos casos em que a unidade familiar é cabeça (54,6%), o que mostra uma tendência diversa da verificada nos múltiplos. Mas isto acontece sobretudo por via feminina, pois 80 % dos progenitores que ficam nestes fogos alargados são mães ou sogras. A perda de autoridade dá-se fundamentalmente com a mulher ⁽⁸²⁾.

Quadro 7 — Distribuições por estrutura de agregados e por idades

Distribuição	Classes etárias						
	< 15	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	> 64
População:							
Isolados		0,6	1,5	2,5	4,8	9,3	14,2
Não conjugais	0,5	2,3	2,9	2,3	3,7	5,5	4,8
Simples	85,9	81,8	76,3	78,6	74,8	65,0	49,0
Alargados	9,8	10,1	11,4	12,1	11,4	13,2	21,1
Múltiplos	3,3	4,2	6,7	3,9	3,8	5,3	8,6
Indeterminados	0,6	0,9	1,1	0,7	1,5	1,6	2,4
Casos	7 102	2 900	2 972	2 687	2 023	1 460	931
Cabeças de agregado:							
Isolados		20,0	5,7	5,4	8,2	14,0	19,4
Não conjugais	100,0	10,0	3,8	2,0	2,8	4,6	5,4
Simples		63,3	83,1	83,1	76,5	65,4	51,8
Alargados		6,7	6,8	8,0	9,3	10,2	13,4
Múltiplos			0,4	1,0	2,4	4,5	8,2
Indeterminados			0,2	0,4	0,8	1,2	1,8
Casos	1	90	810	1 239	1 194	971	681

⁽⁸²⁾ Já vimos, ao tratar da composição dos agregados, que as mães e sogras eram 10 vezes mais que os pais ou sogros, no grupo de parentes. E aqui não se trata de maior longevidade feminina, uma vez que a relação de masculinidade, nas idades avançadas, é muito alta.

Quadro 7 — (Continuação)

Distribuição	Classes etárias						
	< 15	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	> 64
Solteiros:							
Isolados		0,4	2,8	10,2	27,2	32,4	40,4
Não conjugais	0,3	0,1	2,9	4,7	10,9	25,5	38,5
Simples	86,4	87,1	77,5	61,2	37,4	21,6	1,9
Alargados	9,5	8,2	8,4	11,6	12,2	15,7	9,6
Múltiplos	3,3	3,4	7,3	11,4	8,2	—	3,8
Indeterminados	0,6	0,7	1,2	0,8	4,1	4,9	5,8
Casos	7 064	2 478	1 003	361	147	102	52
Casados:							
Isolados		—		—	0,1	0,1	
Não conjugais	—	—	0,1	—	0,1	—	—
Simples	—	74,2	81,3	86,7	85,7	86,2	77,5
Alargados	—	13,8	11,3	10,1	10,2	8,1	10,4
Múltiplos	—	12,0	6,6	2,9	3,2	5,5	10,9
Indeterminados	—	—	0,7	0,3	0,6	0,1	1,2
Casos	0	283	1 779	2 068	1 438	824	413
Viúvos:							
Isolados			5,9	5,3	9,2	18,1	20,3
Não conjugais	—	—	—	0,8	1,9	1,9	1,8
Simples	—	66,7	63,2	74,0	71,2	52,4	35,2
Alargados	—	16,7	20,6	16,8	11,4	19,3	32,8
Múltiplos	—	16,7	10,3	2,3	5,1	7,2	8,6
Indeterminados	—	—	—	0,8	1,3	1,0	1,3
Casos	0	6	68	131	316	414	384

É o casamento (com a formação de um novo agregado) o principal responsável pelo acesso à chefia. Antes dos 25 anos, apenas 4,5 % da população masculina é cabeça. Na classe etária seguinte (25 a 34 anos) essa percentagem aumenta para 51,7 %. Aumento que acompanha o verificado na proporção de homens

casados relativamente aos efectivos dessas idades: 0,2 % até aos 19 anos, 11,5 % até aos 24, 40,5 % até aos 29 e 66,6 % até aos 34 anos. Ou seja, é à volta da idade média ao primeiro casamento (28 anos, para os homens) que assistimos à formação de novos agregados de base familiar (83,1 % dos fogos encabeçados por pessoas entre 25 e 34 anos são simples, proporção que se mantém na classe de idades seguinte, para depois decair).

O casamento é também factor fundamental na evolução dos agregados. A maior parte destes (87,3 % pelo menos) é chefiada por casais ou viúvos. No entanto, o casamento não leva necessariamente à formação de um agregado autónomo, havendo coexistência de diversos tipos de estabelecimento local após o matrimónio. A propensão para o estabelecimento neolocal é sempre dominante, mas notam-se variações sobretudo em função da idade ao casamento.

O pendor neolocal é evidenciado pelas sempre altas proporções de casados que vivem em agregados simples. O neolocalismo é especialmente forte no litoral, onde a percentagem de casados a residir em fogos de estrutura simples nunca baixa dos 82 %; no interior, a proporção de casados muito novos a viver em agregados desse tipo é de apenas 62,2 %. A integração de casados em fogos de tipo complexo é maior no caso dos muito jovens (com menos de 25 anos) e muito idosos (com mais de 64), acentuando-se nos fogos de tipo múltiplo. Isto dá a entender que a grande maioria dos recém-casados funda um novo lar, e que a inclinação para permanecer na casa paterna só é maior (sem deixar de ser minoritária) se casam muito cedo, e principalmente no interior. Neste caso, depois, ou acabam por se instalar fora da casa dos pais ou por aceder à cabeça por morte destes, ou de um deles ⁽⁸³⁾. Para o fim da vida, tenderá a reproduzir-se a mesma situação, acolhendo, por sua vez, em sua casa, filhos jovens no início da vida conjugal. O matrimónio está, pois, ligado ao estabelecimento de um novo agregado. E embora a idade média ao primeiro casamento seja igualmente tardia nas duas regiões, no litoral aquela é a regra independentemente da idade dos esposos, ao passo que no interior os que casam cedo ficam, com mais frequência, ainda uns anos submetidos à autoridade do pai, residindo debaixo do seu tecto

⁽⁸³⁾ A percentagem de alargados é mais constante ao longo das idades. As variações dão-se sobretudo nos múltiplos.

(o que demonstra que o retardar do casamento é o preço a pagar pela emancipação moral e económica do casal ⁽⁸⁴⁾). Que o estabelecimento neolocal é aqui mais difícil, também é comprovado pelo facto de muitos nunca chegarem a casar, pois o celibato definitivo é mais elevado ⁽⁸⁵⁾).

Os viúvos são mais susceptíveis à incorporação em fogos complexos. Deve-se entender, contudo, que o falecimento do cônjuge não é um factor de desestabilização do agregado, pois esse movimento apenas é visível a partir dos 55 anos. Nessa altura, com o casamento dos filhos, o viúvo ou viúva tem duas alternativas: ou permanece sozinho (o que ocorre com maior frequência no litoral) ou recebe em sua casa uma nova unidade familiar (situação mais comum no interior). De qualquer forma, mesmo aqui, a proporção de viúvos acima dos 64 anos que mantém um agregado simples ou vive isoladamente (sendo o último membro que resta da família) é ainda ligeiramente superior à dos que vivem em agregados complexos.

Os solteiros, no seu curso de vida, vão-se afastando cada vez mais de uma vida familiar. Têm uma maior tendência a passar para fogos sem estrutura conjugal ou a viver isoladamente. Até aos 45 anos integram-se maioritariamente em agregados nucleares ou complexos, neste caso vivendo em casa de irmãos, ou em casa de seus pais juntamente com um irmão (ou irmã) casado. A partir daquela idade, é mais forte a preferência de formar um novo agregado ou, mais simplesmente, de manter o que ficou por morte dos pais (este comportamento é mais vincado no litoral) ou, alternativamente, manter-se com os irmãos (na maior parte dos casos também solteiros, se não viúvos).

A grande proporção de idosos (não só viúvos, mas também solteiros ⁽⁸⁶⁾) que vive em fogos isolados é, por outro lado, um dado importante. Revela que não são as altas taxas de mortalidade características de antigo regime, ou a esperança de vida

⁽⁸⁴⁾ Como diz André Burguière, «De Malthus à Max Weber: le mariage tardif et l'esprit d'entreprise», em *Annales E. S. C.*, Juil.-Oct. 1972, p. 1134.

⁽⁸⁵⁾ E por isso encontramos uma proporção de irmãos (principalmente irmãs) mais elevada no interior que no litoral. É certo que alguns podem ser viúvos, mas no geral demonstra que muitos ficam a viver com o irmão que chefia o fogo. As mulheres parecem ter mais dificuldade em se estabelecer por si.

⁽⁸⁶⁾ E ainda casais idosos que se mantêm em fogos simples.

curta dessas populações que inviabilizam a constituição de alargados e múltiplos, pela baixa probabilidade de coexistência de pais idosos e filhos casados⁽⁸⁷⁾. Pelo contrário, é precisamente a morte de um dos pais que leva mais vezes o cônjuge sobrevivo a integrar-se num fogo que assim se torna complexo (na maior parte das vezes alargado). Mas, mesmo na velhice, o «ideal» continua a não ser o da família alargada, pois muitos ficam em suas casas, vivendo por si. Só as mulheres, com mais frequência, o não conseguem.

Se da análise global passamos a uma maior particularização, vemos que as tendências de que falámos se extremam, quando separamos as freguesias com grande valor (mais de 20 %) de complexidade de estrutura de parentesco dos agregados e as de baixo valor (menos de 10%). Nestas últimas, a percentagem de casados residindo em fogos simples está normalmente acima dos 90% (ou aproximando-se, nas classes etárias terminais); no primeiro grupo de freguesias esses valores são mais variados, atingindo os 80 % na classe dos 35-44 anos, mas partindo abaixo dos 60 % (15-24 anos) e acabando em 60 % (acima dos 64 anos). No caso dos viúvos, as freguesias «pouco complexas» apresentam uma distribuição em que, na última classe, os que vivem em agregados simples e isolados são em maior número do que os que vivem em complexos; situação que aparece completamente invertida nas freguesias «muito complexas». Em qualquer das situações, mantém-se a tendência, verificada no geral, com quebra acentuada de viúvos vivendo em fogos simples a partir dos 55 anos.

Admitindo que um agregado, para se manter, precisa de um limiar mínimo de força de trabalho e que esse limiar se aproxima mais das duas pessoas em idade activa por fogo do que de uma⁽⁸⁸⁾, os idosos lutariam com dificuldades. Daí a tendência para se integrarem em fogos complexos. Há, no entanto, muitos (20 %) que vivem isoladamente⁽⁸⁹⁾. Em ambos os casos, contudo, os que

(87) Esta ideia defende, por exemplo, A. Fine-Souriac, «La famille-souche pyrénéenne au XIX^e siècle: quelques réflexions de méthode», em *Annales E. S. C.*, Mai-Juin 1977, pp. 479 e 482.

(88) Uma nítida maioria dos agregados (78,8 %) incorpora pelo menos dois membros de idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 60. Apenas 5,8 % não incluem qualquer membro nestas condições.

(89) Alguns viveriam mesmo de forma independente, pois 8 % dos fogos de viúvos isolados têm criados.

tinham posses deviam salvaguardar a sua independência económica, por reserva de usufruto dos bens doados aos filhos que constituíam família, ou através da obrigação, por parte destes, de sustento até ao fim dos seus dias ⁽⁹⁰⁾. Aliás, as doações (e os dotes de tios ou de irmãos solteiros dos noivos ⁽⁹¹⁾) podem inserir-se numa estratégia de sobrevivência para a velhice, garantindo um lugar no agregado do casal ou os seus cuidados. Os que não têm meios, dependerão do auxílio de filhos, parentes ou até da vizinhança. Sem capacidade para definir estratégias, vivem, provavelmente, em condições de subsistência precária.

O estabelecimento após o matrimónio pode igualmente ser avaliado conhecendo as modalidades de habitação dos que casaram nos anos imediatamente anteriores ao do censo. Os resultados obtidos (ver Quadro 8) ⁽⁹²⁾ confirmam as impressões já colhidas, completando-as e definindo melhor as características do fenómeno. Com efeito, a predominância do sistema de formação neolocal é evidenciada pela percentagem maioritária de casais recentes que em 1801 constituem fogos simples (embora só em parte se refiram à mesma realidade, as proporções aqui encontradas adequam-se com a distribuição dos casados mais jovens segundo o

⁽⁹⁰⁾ Vide Fátima Brandão e Robert Rowland, «História da propriedade e comunidade rural: questões de método», em *Análise Social*, n.º 61/62, 1980, pp. 200-201; Margarida Durães, «Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta», em *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Set.-Dez. 1987, pp. 53-54. Para zonas de família *souche* ver A. Collomp, «Famille nucléaire et famille élargie en Haute Provence au XVIII^e siècle (1703-1734)», em *Annales E. S. C.*, Juil.-Oct. 1972, pp. 973-974.

⁽⁹¹⁾ Veja-se A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, pp. 98-106.

⁽⁹²⁾ Foram considerados os 3 últimos anos (desde 1 de Junho de 1798 até 31 de Maio de 1801). Todas as freguesias se encontram representadas, à excepção de Bobadela, Barcouço, Mouronho e S. Martinho de Árvore (por dificuldade ou impossibilidade do acesso aos livros de registo de casamentos). Para a elaboração do quadro — e cálculos respectivos — não se consideraram os casais cujo destino se ignora (por saída da freguesia ou dúvida na identificação) que constituem 27 % de todos os casamentos naqueles anos. Deve-se observar que estes dados também não levam em consideração os casais que, residindo numa das freguesias a que nos reportamos, tiveram as suas bodas noutra paróquia. Finalmente, importa reafirmar uma advertência já feita — que este tipo de análise pode ser particularmente afectado por fenómenos conjunturais ou de curta duração.

tipo de agregado). Mais uma vez se verifica que essa predominância se acentua no litoral. Permanecer depois das núpcias na morada dos pais de um dos cônjuges é uma opção (ou condição) relativamente pouco frequente: nas comunidades a poente apenas 15 % dos casais o fazem, no interior essa relação sobe para um terço ⁽⁹³⁾.

Quadro 8 — **Estrutura dos fogos dos recém-casados**

Regiões e tipos	Casais formados nos anos de				Todos os fogos em 1801
	1798-1799	1799-1800	1800-1801	1798-1801	
26 freguesias:					
Simples	74,4	80,3	59,5	71,4	86,3
Alargados	14,6	14,1	16,2	15,0	10,5
Múltiplos	11,0	5,6	24,3	13,6	3,2
Litoral:					
Simples	82,5	90,9	71,8	82,1	90,5
Alargados	12,5	6,8	12,8	10,6	8,3
Múltiplos	5,0	2,3	15,4	7,3	1,2
Interior:					
Simples	66,7	63,0	45,7	58,7	81,2
Alargados	16,7	25,9	20,0	20,2	13,2
Múltiplos	16,7	11,1	34,3	21,1	5,6

Todos os valores em percentagem, calculados sobre o conjunto dos três tipos representados.

Os vários períodos decorrem de 1 de Junho do ano inicial a 31 de Maio do final.

A evolução das formas de residência dos recém-casados ao longo dos três anos suscita algumas reflexões. Nesse lapso de

⁽⁹³⁾ Nos fogos múltiplos, o casal recém-formado é sempre unidade secundária descendente (todos os casos são de tipo 5b). No caso dos alargados, nem sempre se trata de situação de co-residência de pai ou mãe e novo casal (tipo 4a, mas também 4d). Com efeito, há uma percentagem razoável (cerca de 30 % de todos os alargados) de alargamentos laterais, vivendo com o casal irmãos ou irmãs de um dos cônjuges.

tempo, a sua vivência familiar parece variar e no sentido da nuclearização. Assim, a estada na casa paterna após a boda pode não reflectir a escolha de um modelo de vida, mas ser uma fase de passagem na via da autonomização. Por isso, é nos esposados entre Junho de 1800 e Maio de 1801 que vamos encontrar a maior percentagem a residir com os pais. Mas as proporções que atinge, chegando no interior a ultrapassar o terço dos casos (a este período, aliás, se deve a maioria de ocorrências de residência patrilocal), leva-nos a pensar que esse ano foi especialmente desfavorável para a criação de novos lares. Reforça-se, pois, a ideia da ligação estreita que existe entre as condições materiais, mesmo que conjunturais, e o regime da nupcialidade e da constituição de famílias.

Parece-nos que o quadro da estrutura de parentesco não surge substancialmente alterado pelo processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Como a variável chave na caracterização do sistema familiar é a que respeita às normas de residência após o casamento, torna-se evidente a nuclearização familiar na zona litoral, enquanto a interior é menos homogénea, tendo freguesias que se afastam desse comportamento. Nesta região, admitimos que durante o ciclo de vida familiar muitos agregados passam temporariamente por várias categorias. Na primeira, essa família «em permanente mudança» deve ser uma figura bem menos vulgar, mantendo-se os contornos dos agregados mais ou menos definidos ao longo do tempo.

Formações familiares e defesa do património

Um dos aspectos que mais polémica tem levantado, nos últimos anos, no estudo dos comportamentos familiares, é o da existência e sobretudo da frequência da chamada família *souche*, ou família estirpe, cepa ou troncal ⁽⁹⁴⁾. O próprio conceito não está

(94) O conceito foi criado por Frédéric Le Play no século XIX, exercendo forte influência depois. O «grupo de Cambridge» veio pôr em causa não a sua existência, mas a sua frequência, afirmando ser mais rara no antigo regime do que tinha suposto Le Play. Em defesa da disseminação do sistema de família *souche* em algumas regiões veja-se Jean-Louis Flandrin,

claramente definido e tem tido diversas interpretações⁽⁹⁵⁾. Parece-nos, no entanto, que se caracteriza duplamente pelo critério de residência — tipo complexo de agregado doméstico⁽⁹⁶⁾ — e pelo critério do sistema de herança — assenta na coesão da linhagem e na defesa da integridade do património. O que determina a composição e estrutura do agregado é o desejo de manter indiviso o património, o que pressupõe práticas sucessórias não igualitárias. Só um filho herda a «casa» e sua exploração e é por isso o único que vive, casado, com os pais, vindo mais tarde a suceder na chefia do fogo. Todos os outros filhos são afastados da herança da terra, sendo compensados em bens de outra natureza. Têm de escolher entre partir, caso em que podem levantar a sua legítima se forem maiores⁽⁹⁷⁾ (seguindo muitos deles o destino da emigração, pois o quinhão que lhes cabe nem sempre dará para se fixarem na comunidade) ou permanecer solteiros toda a sua vida, na dependência do irmão herdeiro, vendo-se privados do processo de reprodução biológica e social⁽⁹⁸⁾.

Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société. Paris, 1984 (éd. revue), cap. 2; A. Fine-Souriac, *ob. cit.*, pp. 478-487; A. Collomp, «Ménage et famille: Études comparatives sur la dimension et la structure du groupe domestique», em *Annales E. S.C.*, Mai-Juin, 1974, pp. 784-786; J. Poumarède, «Famille et tenure dans les Pyrénées du Moyen-Age au XIX^e siècle», em *Annales de Démographie Historique*, 1979, pp. 347-360.

⁽⁹⁵⁾ Veja-se P. Laslett, «Introduction», em *Household and family* pp. 16-23, e Lutz K. Berkner, «Inheritance, land tenure and peasant family structure: a German regional comparison», em *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe 1200-1800* (ed. por J. Goody e outros), Cambridge, 1978, pp. 84-95.

⁽⁹⁶⁾ Ou tendência para a formação de agregados complexos, uma vez que o contorno do agregado depende também do ciclo de evolução familiar.

⁽⁹⁷⁾ E se o herdeiro tiver disponibilidades para lhe entregar a legítima, o que nem sempre acontece, obrigando-o a ficar na casa até realizar o montante que lhe pertence.

⁽⁹⁸⁾ Para a dureza da sua condição muitos autores chamaram a atenção, como por exemplo N. e Y. Castan, *Vivre ensemble. Ordre et désordre en Languedoc (XVII^e-XVIII^e siècles)*. Paris, 1981, cap. 2. Mas Pierre Bourdieu («Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction», em *Annales E.S.C.*, Juil.-Oct. 1972, p. 1123) sublinha-a de modo lapidar, ao chamar-lhes a «vítima estrutural», porque «socialmente designada», desse sistema familiar que visa a protecção do património.

Também o estudo das famílias cepa terá de ser efectuado por abordagem indirecta e apenas baseado no censo. Fundamenta-se na análise dos fogos complexos e da sua organização vertical, e também em indicadores como o celibato definitivo, a emigração e a ilegitimidade.

Não podemos adiantar o número de famílias estirpe, mas apenas apontar os limiares da sua existência potencial. Num corte transversal, a possibilidade de ocorrência dessas famílias circunscreve-se aos agregados múltiplos ascendentes e descendentes e alargados ascendentes, pois são os que englobam a presença dos pais (ou de um deles) e do filho casado (com a sua própria unidade familiar), requisito essencial desse tipo de família ⁽⁹⁹⁾. O que não significa que todos os grupos domésticos com essa configuração sejam, efectivamente, famílias troncais. Somando as percentagens desses agregados encontramos os resultados expostos no Quadro 9, fazendo simultaneamente um cotejo com os de outras regiões europeias. Também neste caso o comportamento familiar segue claramente a linha de tendência que tem aparecido até aqui. Inscreve-se, no todo, e em cada uma das regiões, no modelo familiar do noroeste europeu, embora, e mais uma vez, com matizes, pois a região do interior tem algumas freguesias com comportamentos intermédios entre aquele e o do centro da Europa. É o caso de Bobadela, Vila Pouca da Beira, Covas, Lourosa e, nitidamente destacadas, Fajão e Teixeira. Excepcionais são também, mas em sentido inverso, Liceia e S. Facundo, que apresentam percentagens nulas ⁽¹⁰⁰⁾.

O critério único da residência pode não retratar fielmente a

⁽⁹⁹⁾ Seguimos aqui o esquema proposto por P. Laslett, «Introduction», *ob. cit.*, pp. 31, 32 e 60. Este esquema já leva em conta o ciclo de desenvolvimento doméstico, cobrindo quase todas as fases do seu percurso. Deixa apenas duas possibilidades de ocorrência: no tipo 3, porque esse é, por definição, o das famílias nucleares e a ser introduzido no esquema daria resultados sem sentido; e na classe 4c, a fase em que, falecidos os pais, o herdeiro casado vive com os irmãos solteiros. Integrámos esta última classe por razões que adiante expendemos.

⁽¹⁰⁰⁾ Estas freguesias apresentam nos limites mínimos e máximos as seguintes percentagens: Bobadela 4,4 e 13,1; Covas 5,9 e 15,1; Lourosa 5,2 e 17,1; Vila Pouca da Beira 5,4 e 17,3; Fajão 7,1 e 23,5; e Teixeira 10,3 e 21,8.

realidade. Por isso, para além das indicações colhidas nas estruturas de parentesco dos agregados, outras levaremos em consideração. O simples cruzamento desses dados com os apresentados na análise da evolução do ciclo familiar já dá uma imagem mais rica.

Quadro 9 — Valores potenciais de famílias «souche» e de «frérèches»

Categorias	Classes	Noroeste		Leste	Centro	26 fregs.	litoral	interior
		E	L	K	G			
«Souche»	5b	1,7	3,0	44,4	5,6	2,5	1,1	4,0
	5b + 5a	1,7	3,0	44,4	9,8	2,7	1,2	4,2
	5b + 5a + 4a	6,9	10,6	48,8	26,0	6,6	5,0	8,2
	5b + 5a + 4a + 4c	10,4	15,1	48,8	29,5	9,6	7,2	12,1
«Frérèche»	5d			8,9		0,1		0,2
	5d + 5c	—	—	11,1	—	0,1	—	0,2
	5d + 5c + 4c	3,5	4,5	11,1	3,5	3,1	2,2	4,1
	5d + 5c + 4c + 2a	5,2	9,0	11,1	4,2	5,5	4,0	7,2

Freguesias ilustrativas dos modelos europeus: E, Elmdon; L, Longuenesse; K, Krasnoe Sobakino; G, Grossenmeer. Cálculos efectuados a partir de P. Laslett, *Family forms* (...), pp. 518-523, e *Household and family* (...), p. 85, Quadro 1.15. Sobre a inclusão da classe 4c na categoria da família «souche», ver texto.

E é notável a concordância dos resultados. Nas freguesias onde a indicição de famílias cepa é muito fraca, deparamos com um estabelecimento neolocal após o casamento muito forte, enquanto em algumas do interior esse neolocalismo, embora dominante, é menos acentuado, sendo nessas que a possibilidade de existência de famílias troncais é mais sensível.

É da natureza do sistema da família cepa compelir os irmãos do herdeiro ao celibato ou à emigração pelo difícil acesso à terra, vendo-se as mulheres duplamente afectadas, pois a emigração, por sua vez, reduz os efectivos masculinos casadouros. Pouco podemos adiantar quanto ao primeiro aspecto, em termos absolutos ⁽¹⁰¹⁾,

⁽¹⁰¹⁾ Dada a desproporção que existe entre os limites mínimos e máximos de solteiros, a taxa de celibato apresenta uma grande variação.

mas podemos fazer uma comparação, reparando que no interior a taxa de celibato definitivo é quase o dobro da do litoral, tendo valores muito elevados, por exemplo, em Vila Pouca da Beira, Mouronho ou Oliveira do Hospital ⁽¹⁰²⁾. É também nessa região que a emigração parece ser mais forte ⁽¹⁰³⁾, a julgar pela relação de masculinidade mais baixa, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 40 anos, mormente em Lourosa, Teixeira e Vila Pouca da Beira ⁽¹⁰⁴⁾.

Esse celibato forçado tende a propiciar maior ilegitimidade. Sem acesso a uma medida mais precisa, seguimos outro caminho para avaliar a incidência regional do fenómeno ⁽¹⁰⁵⁾: calcular a percentagem de fogos de classe 3e — 0,6 % no litoral e 2,4 % no interior ⁽¹⁰⁶⁾, e a percentagem de filhas solteiras com filhos que vivem em casa dos pais ⁽¹⁰⁷⁾ — 0,5 % e 2,1 % nas duas respectivas regiões. No interior a ilegitimidade tem uma ocorrência quatro vezes mais forte. Mais uma vez os dados se ajustam, quando descemos a uma maior especificação. Por exemplo, aqueles valores atingem em Vila Pouca da Beira 7,5 % e 9,0 %, sendo também altos em Covas, Lourosa, Bobadela e Travanca de Lagos da Beira. No litoral, só Murteide tem 1,7 % e 3 %, enquanto em grande parte destas freguesias não se verificam ocorrências de um ou outro caso.

Outra linha de análise reporta-se às regras de organização ver-

(102) O celibato masculino e feminino é em Vila Pouca da Beira respectivamente 17,7 % e 32,01 %-39,9 %; em Mouronho 12,71 %-24,86 % e 22,73 %-32,05 %; em Oliveira do Hospital 13,28 %-16,36 % e 17,66 %-33,59 %.

(103) Embora, como vimos, o fenómeno se encontre um pouco alterado pelo recrutamento militar, em termos relativos os valores devem estar salvaguardados.

(104) Em Lourosa 61 %, Teixeira 69,4 % e Vila Pouca da Beira 68,8 %.

(105) Esta via tem limitações porque, para além de ignorar os óbitos das crianças, pode escamotear uma prática eventual: as mães solteiras abandonarem o lugar ou o filho. Mas pensamos ser válida para visões comparativas.

(106) Comparem-se estes dados com Âncora (1,6 %) e Montaria (2,5 %). Vide R. Rowland, «Âncora e Montaria ...», *ob. cit.*, p. 220.

(107) Nestes casos as percentagens foram calculadas apenas sobre as filhas com mais de 15 anos. Estes dados parecem mostrar que o repúdio das filhas solteiras grávidas não é generalizado, como parece deduzir-se a partir de outra documentação. Vide A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, pp. 126-127.

tical nos agregados de estrutura complexa de parentesco. Como já vimos, embora a residência neolocal após o casamento seja preponderante, alguns casais não procediam assim. A opção destes noivos quanto ao lar em que se integravam é clara. A norma patriuxorilocal é altamente dominante, quer no litoral (aqui mais acentuada ainda) quer no interior ⁽¹⁰⁸⁾. Só em Fajão e Vila Pouca da Beira encontramos predominância da linha masculina ⁽¹⁰⁹⁾. Por essa razão há mais genros do que noras, como foi dito atrás. Ora esta verificação é um tanto surpreendente. Numa sociedade masculina, em que a perda da autoridade do pai na passagem do encabeçamento do agregado é muito rara, não faz sentido que, a existir um modelo de família cepa, se privilegie de modo tão vincado a linha feminina. Seria de esperar que a herança indivisa passasse para as mãos de um filho e que fosse um homem a assegurar a perpetuação da família no tempo ⁽¹¹⁰⁾. Assim, a organização familiar nos agregados de estrutura complexa parece não se prender, nestas freguesias, com a herança da terra, talvez porque, na generalidade, se trata de propriedade enfiteuta ⁽¹¹¹⁾. A nosso ver, corrobora a ideia que o modelo familiar troncal não era corrente.

⁽¹⁰⁸⁾ Nos agregados alargados ascendentes 30 % seguem a linha masculina, 70 % a feminina. Nos múltiplos descendentes 36,8 % seguem a primeira, 63,2 % a segunda. A linha feminina, no litoral, é de 74,5 % e de 65,4 % e no interior de 64,6 % e 62,5 %, respectivamente.

⁽¹⁰⁹⁾ Em Fajão com 60 % nos alargados e 70 % nos múltiplos, em Vila Pouca da Beira com 75 % nos primeiros e em igualdade (50 %) nos segundos. Covas, Teixeira e S. Gião tendem mais para o equilíbrio mas ainda assim com domínio da linha feminina.

⁽¹¹⁰⁾ Para P. Bourdieu (*ob. cit.*, p. 1114) o primado dos homens sobre as mulheres é um dos princípios implícitos nas regras sucessórias. Na Alta Provença, A. Collomp («*Famille nucléaire ...*», *ob. cit.*, p. 971) encontra uma forte predominância (90 %) de escolha patrivilocal, considerando-a mesmo como regra, sendo os restantes 10 % constituídos por excepções. Também nos Pirenéus (A. Fine-Souriac, *ob. cit.*, p. 486) assim acontece em 75 % dos casos. Já para Auvergne (J.-L. Flandrin, *ob. cit.*, p. 79) há um maior equilíbrio (com uma relação de linha masculina/feminina de 16/15), mas mesmo neste caso longe das nossas proporções.

⁽¹¹¹⁾ Mais do que de sucessão, trata-se aqui de garantir a continuidade de uma família na exploração de uma parcela de terra. Berkner e Mendels consideram que, quando a terra se tem de arrendamento ou em posse precária, a família é muito menos afectada pelo sistema de herança.

Por outro lado, deixa transparecer que estas populações são mais sensíveis a outro tipo de transmissão de bens, o dote. Casar a filha em casa seria economicamente mais vantajoso, uma vez que o seu dote era, em regra, mais elevado do que o dos filhos (o que, na tradição popular, é expresso pelo ditado «casa teu filho quando quiseres e tua filha quando puderes»). Muitas vezes constituía já a sua legítima, ficando desde então desligadas da herança paterna ⁽¹¹²⁾. Visava-se, pois, minorar ou retardar a fragmentação do património. Não sendo, no entanto, de desprezar factores de ordem psicológica ou afectiva que levariam os pais a preferir depender, na velhice, do carinho de uma filha, ou os sogros a não ter confiança nos cuidados de uma nora ⁽¹¹³⁾. Mas, no nosso entender, esses factores só pesarão quando os de natureza económica e sociológica os não contrariam ou impedem. Outra perspectiva se pode colocar — as filhas acabam por ser a parte residual de toda a prole. Quando os filhos mais velhos chegam à idade de trabalhar, podem sair da casa dos pais, como criados, aprendizes de ofício ou emigrando para as cidades. Assim se reduziam as bocas a sustentar no período mais fértil da vida conjugal. Aqueles, uma vez instalados, terão menos probabilidades de voltar; serão os últimos a nascer, ou as raparigas, os que ficam com os pais no fim da vida (e não há dúvida que as mulheres emigram menos) ⁽¹¹⁴⁾. O que

pois não há expectativas de suceder na posse ou mesmo exploração da terra. Vide L. K. Berkner e F. F. Mendels, «Inheritance Systems. Family structure and Demographic Patterns in Western Europe, 1700-1900», em *Historical Studies of Changing Fertility* (ed. por Charles Tilly), Princeton, 1978, p. 215.

⁽¹¹²⁾ Vide E. Le Roy Ladurie, «Système de la coutume. Structures familiales et coutume d'héritage en France au XVI^e siècle»; em *Annales E. S. C.*, Juil.-Oct. 1972, pp. 828-829; P. Bourdieu (*ob. cit.*, p. 1122) também refere que o casamento dos filhos é menos oneroso que o das filhas. Ver, para o Minho, Margarida Durães, «Condição feminina e repartição do património: a camponesa minhota — séc. XVIII-XIX», em *Actas do Colóquio «A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais»*, vol. I, p. 127, e «Herdeiros e não herdeiros ...», *ob. cit.*, p. 50.

⁽¹¹³⁾ Razões por vezes invocadas na documentação (veja-se *Idem, ibidem*, pp. 50-51, e também A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, p. 102).

⁽¹¹⁴⁾ Veja-se David Sabeau, «Famille et tenure paysanne: aux origines de la Guerre des Paysans en Allemagne (1525)», em *Annales E. S. C.*, Juil.-Oct. 1972, p. 912.

não deixaria de potenciar conflitos entre irmãos à data das partilhas ⁽¹⁵⁾.

Os agregados complexos podem ter também uma organização horizontal. No conjunto, estas freguesias não têm *frères* ⁽¹⁶⁾, pois em 23 não há fogos desse tipo. Só no interior eles aparecem, em Covas (0,4%), Teixeira (1,1 %) e Lourosa (1,6%). Como na sua forma acabada é praticamente inexistente, pensamos não haver potencialidades para a sua formação. Nestas condições, o alargamento lateral não deve indicar pendor para a constituição de *frères*, mas representar um dado momento na evolução da família cepa — a vivência do herdeiro casado com irmãos solteiros, depois do falecimento dos pais. E mais uma vez o fenómeno está circunscrito à mesma zona do interior (Lourosa, Fajão, Teixeira, Vila Pouca da Beira e Santa Ovaia).

Relacionando os vários indicadores parece-nos que só umas poucas freguesias da região montanhosa do interior têm probabilidades de se enquadrar num sistema familiar que visa a protecção do património através da indivisibilidade da herança.

Família e condição social

A caracterização social dos comportamentos familiares torna-se muito difícil, pois raramente são apresentadas indicações dessa natureza. Apenas na freguesia de Barcouço a identificação social ou profissional dos cabeças de agregados é facultada de forma sistemática. Há, no entanto, uma percentagem relativamente elevada de mulheres à testa dos fogos e a estas, como é regra, não é atribuída qualquer profissão.

A distribuição da população de Barcouço, segundo a identificação social (ver Quadro 10), evidencia bem o carácter rural da freguesia. De entre os que estão identificados, 80 % dedicam-se

⁽¹⁵⁾ Vide A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, pp. 108-109.

⁽¹⁶⁾ *Frères* não são apenas agregados múltiplos laterais formados por casais de irmãos. É da natureza desta família que a sua constituição seja feita por contrato, em que um dos irmãos é eleito cabeça, sendo um mero gestor dos bens comuns e não seu possuidor (*vide* J.-L. Flandrin, *ob. cit.*, pp. 82-85).

à agricultura. Mas os próprios mecânicos a ela se dedicarão parcialmente. À parte ficam apenas os sacerdotes e, na categoria de «outros», um alferes, um ajudante de Ordenanças e 3 soldados auxiliares ⁽¹¹⁷⁾. Dos indeterminados, 62 fogos são encabeçados por mulheres.

Quadro 10 — Distribuição dos fogos e população em Barcouço segundo identificação social

	População		Fogos		Dimensão média	Amplitude
	Casos	%	Casos	%		
Jornaleiros	203	17,5	50	17,5	4,06	1- 8
Trabalhadores	324	28,0	79	27,6	4,10	1- 9
Lavradores	204	17,6	36	12,6	5,67	2- 11
Artesãos	134	11,5	30	10,5	4,47	1- 11
Sacerdotes	13	1,1	7	2,4	1,85	1- 4
Outros	27	2,4	5	1,7	5,40	2- 12
Indeterminados	252	21,8	79	27,6	3,20	
Total	1 157	100,0	286	100,0	4,05	1- 12

O mundo rural surge aqui rigidamente compartimentado nas designações, quando na realidade ele é bastante mais complexo, sendo difícil caracterizar com precisão todos os grupos. A designação de jornaleiros ou a de ofícios não oferece, à primeira vista, dúvidas de interpretação. Todavia, se os jornaleiros se definem por viver de um salário, não é de excluir que tenham terra, mas por regra tão minguada que não lhes permite subsistir todo o ano, vendo-se forçados ao trabalho em casa de outrem. Por outro lado, os artesãos apesar de se dedicarem fundamentalmente à sua actividade oficial, costumam possuir terra para amanhã, sendo conhecido o carácter complementar da «indústria» rural.

Nos lavradores e trabalhadores as designações são menos precisas. Provavelmente recobrirão uma gama diversificada de

⁽¹¹⁷⁾ Integraremos os elementos referentes ao clero, ao alferes e ao ajudante de ordenanças na análise das estruturas dos agregados familiares do clero e das classes sociais mais elevadas.

situações. Pensamos que nessas duas categorias estão englobados os que trabalham a terra, sob o regime de contratos de aforamento (talvez grande parte como inquilinos) ou de arrendamento, distinguindo-se os lavradores por possuírem junta de bois para lavar. Por isso mesmo terão na sua posse áreas de cultivo mais extensas. Talvez a distinção passe sobretudo pela dimensão da propriedade e não só pela posse de animais, dado o seu elevado número: um lavrador em cada oito moradores.

Partindo destas premissas, não admira, pois, que os trabalhadores sejam o grupo social que tem simultaneamente o maior número de fogos e de efectivos populacionais, representando quase metade daqueles que estão mais intimamente relacionados com a lavoura. Lavradores e jornaleiros têm entre si a mesma distribuição populacional mas não o mesmo número de agregados. De facto, os lavradores são menos, mas têm uma dimensão média de pessoas por fogo mais alta. Os oficiais mecânicos têm uma menor proporção quer num caso quer noutro, mas a relação habitante/fogo é mais alta que a dos trabalhadores e jornaleiros. São as famílias de lavradores e mesterais as de maior dimensão e amplitude.

Da análise da estrutura de parentesco dos agregados, apresentada no Quadro 11, sobressaem comportamentos familiares bem distintos nos diversos grupos profissionais. Trabalhadores e jornaleiros têm uma mais alta percentagem de agregados simples que os outros. As variações mais fortes surgem, contudo, nos fogos isolados e nos complexos. Nos isolados, o maior contraste surge entre jornaleiros (um em cada oito vive sozinho) e lavradores (onde a vivência isolada é inexistente). Essa vivência isolada é mais rara também nos oficiais mecânicos que nos trabalhadores. Daqui pode inferir-se que quem vive do seu salário pode sobreviver por si, quem vive da terra depende mais directamente da inserção familiar, e tanto mais quanto maior for a dimensão da propriedade. Dependência que também parece relevante em quem vive do seu labor artesanal. As diferenças são ainda mais significativas no que toca aos complexos, mas seguindo uma linha de coerência nos comportamentos. Os lavradores distanciam-se de todos os outros, com uma percentagem muito elevada de fogos alargados e um múltiplo. Seguem-se os mesterais, mas sem fogos de categoria 5. Jornaleiros e trabalhadores optam mais raramente

pela constituição de famílias extensas. Algumas conclusões se podem tirar. Os lavradores subsistem melhor integrados em grupos domésticos de base conjugal, mostrando, no entanto, maiores dificuldades na fundação de um lar seu. Dificuldade expressa na proporção de fogos complexos e corroborada pelo facto de a idade média ao primeiro casamento ser de 33,8 anos para os homens e de 29 para as mulheres. Mas se esperam muito tempo para casar, a maior parte acaba por fazê-lo, pois o celibato definitivo é baixo ⁽¹¹⁸⁾. A própria distribuição relativa do sentido do alargamento (fortemente ascendente) mostra que a formação de novos agregados se faz mais por continuidade (com permanência no lar dos pais) do que por estabelecimento neolocal, havendo indícios de família troncal (19,4 % de potencial máximo). Por outro lado, é o grupo social que mais recorre à força de trabalho de criados. Estes estão presentes em um quarto dos agregados, representando 6,3 % da população total que neles habita. Isto mostra uma maior riqueza deste grupo e também uma maior necessidade do concurso do seu trabalho, o que também aponta para a posse de mais terras.

Os jornaleiros são os que têm o comportamento mais contrastante. Casam mais cedo, mas casam menos, vivendo sozinhos uma boa parte. O que tem um duplo sentido. Para eles, o casamento não depende da posse ou exploração da terra, não precisando portanto de esperar por herança. Bastará uma garantia de emprego. Todavia, as condições precárias de trabalho e a exiguidade do salário ⁽¹¹⁹⁾ não permitem a muitos sustentar uma família. Por essas razões, é evidente que não encontramos criados nas casas de quem vive à jorna, pois não têm necessidade nem disponibilidades materiais para os manter.

As estratégias familiares dos trabalhadores parecem bem diferentes das dos lavradores. Da fraca percentagem de fogos com-

⁽¹¹⁸⁾ A distribuição da idade média ao primeiro casamento é a seguinte: lavradores, 33,8 no caso dos homens e 29 no das mulheres; trabalhadores, 27 e 24; jornaleiros, 23 e 24; mesteiros, 28 ou 24 e 25 ou 21, respectivamente. O celibato definitivo é de 10 % (homens) e 5 % (mulheres) para os lavradores, 7 % e 5 % para os trabalhadores, 17 % e 6 %-13 % para os jornaleiros e de 24 %-28 % e 21 %-25 % para os mesteiros.

⁽¹¹⁹⁾ Quanto aos salários de jornaleiros praticados no norte do país, veja-se Aurélio de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 44-50; e V. M. Godinho, *ob. cit.*, p. 83.

plexos e da muito ténue indicição de famílias cepa (5,1 %, no máximo), pode-se inferir uma maior liberdade na constituição das suas famílias e, portanto, uma menor vinculação à posse da terra.

Quadro 11 — Estrutura de parentesco dos agregados em Barcouço por grupos profissionais

Tipos de estrutura	Jornaleiros		Trabalhadores		Lavradores		Artesãos	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Isolados	6	12,0	7	8,8			2	6,7
Não conjugais	—	—	1	1,3	—	—	—	—
Simples	40	80,0	66	83,5	28	77,8	23	76,6
Alargados	3	6,0	4	5,1	7	19,4	5	16,7
Múltiplos	1	2,0	1	1,3	1	2,8	—	—
Indeterminados								
Total	50	100,0	79	100,0	36	100,0	30	100,0

Ou então os lavradores tenderão a defender o património com o objectivo de manter ou melhorar o nível de vida, ao passo que os trabalhadores o deixarão fragmentar. De acordo com estas premissas está também o facto de casarem mais cedo. No conjunto, parecem ter um comportamento mais parecido com o dos jornaleiros, com duas diferenças, no entanto: é que dispõem de criados (se bem que percentualmente menos que os lavradores) e poucos ficam solteiros.

Os mesteirais mostram, tal como os lavradores, tendência para famílias complexas, mas não têm múltiplos, e o sentido de alargamento é diferente — descendente ou lateral. Os parentes residentes são irmãos, netos e sobrinhos, e não mãe ou pai viúvos. Isto pode significar que o neolocalismo é corrente, reforçando esta ideia o facto de a indicição de família *souche* ser nula. A alta percentagem de celibato definitivo mostra, no entanto, que nem todos se conseguem estabelecer.

Com o objectivo de levar um pouco mais longe esta análise, aproveitámos todas as referências de cariz social que aparecem esparsamente em todas as outras freguesias. Os sacerdotes apenas

qualificaram aqueles que se distinguem no mundo rural: a gente de qualidade e a gente dos ofícios mecânicos.

Nas restantes freguesias, encontrámos mais 36 artesãos ⁽¹²⁰⁾. Não faremos um estudo dos agregados em si, o que não faria sentido, pois falta-nos a sua inserção num conjunto demográfico e social. Verificámos apenas se as informações aí colhidas confirmavam ou infirmavam os dados de Barcouço no que a eles se referia. O confronto prova o que naquela paróquia se evidenciava: tendência para famílias grandes (dimensão média por fogo de 4,8 pessoas, com uma amplitude de 1 a 9); inexistência de agregados múltiplos e não conjugais; aparecimento de isolados. Apresentam, por outro lado, uma mais forte nuclearização familiar acompanhada de uma mais baixa percentagem de fogos alargados, o que reforça a ideia que não há famílias troncais. Por tudo isto, se confirma a tendência neolocal da formação dos agregados no seio dos oficiais mecânicos. Mas essa preferência pela criação de um lar próprio, aquando do casamento, implica o retardar dos esposais, enquanto constrange muitos ao celibato.

Famílias bem diferentes parecem ser as das classes mais elevadas da sociedade, a julgar pelos dados de que dispomos. Nesta categoria englobámos todos os que tinham indicações nesse sentido, ou de carácter social ou simplesmente as decorrentes de formas de tratamento ⁽¹²¹⁾.

Com 54 fogos e 359 pessoas são uma minoria no conjunto da população das 26 freguesias (1 e 1,6 %, respectivamente) e não se repartem igualmente por todo o espaço estudado. Não é identifi-

⁽¹²⁰⁾ Em 8 freguesias aparecem 8 alfaiates, 4 sapateiros, 1 cardador, 3 carpinteiros, 1 canteiro, 1 almocreve, 3 pedreiros, 1 canastreiro, 1 serrador, 1 forneiro, 1 mercador, 6 moleiros, 2 barbeiros, 1 serralheiro, 1 ferreiro e 1 tendeiro. Em Barcouço, 7 carpinteiros, 5 sapateiros, 5 moleiros, 4 pedreiros, 3 alfaiates, 3 serradores e 3 ferreiros.

⁽¹²¹⁾ Identificámos um tenente-coronel, dois capitães-mores, sete capitães, três alferes, um ajudante de ordenanças, doze doutores, um bacharel, três pessoas identificadas como *ilustríssimos* e 24 como *donas*. Esta última designação é mais imprecisa. Verificamos, todavia, que os elementos femininos de todos os outros agregados destas famílias assim são nomeados e que nos fogos encabeçados por uma *dona* com frequência há filhos doutores ou cadetes, parecendo assim que se colocam efectivamente na mesma categoria social.

cada nenhuma família importante em Fajão, Teixeira, Brenha, Santa Ovaia, S. Sebastião da Feira, Liceia, S. Facundo e Murtede. Nuns casos será pela pobreza ou pequena dimensão das localidades. As pessoas de maior qualidade surgem em S. Silvestre e na Carapinheira ⁽¹²²⁾.

Antes de mais, verifica-se que são famílias muito maiores que as outras, com uma dimensão média de pessoas por fogo de 6,7, sendo a dimensão média experimentada de 8,9. Quase metade das pessoas de elite vive em fogos grandes ou muito grandes. Naturalmente que é nestas classes sociais que surgem as maiores amplitudes de fogos.

Na estrutura de parentesco dos agregados os comportamentos diferenciais acentuam-se (ver Quadro 12). As famílias nucleares rondam aqui pela metade. Se os lavradores têm um maior número de agregados complexos, nenhum grupo social apresenta uma tão alta proporção de fogos isolados. Os que mais se aproximam são os jornaleiros. Os extremos tocam-se, e provavelmente pela mesma razão. Não há vinculação à posse e exploração da terra ou de outros meios de produção, que é o que determina as estratégias familiares nos outros grupos sociais. Se os primeiros podem ter a propriedade da terra, não estão ligados directamente à sua exploração, enquanto os segundos trabalham uma terra que não é sua. Estes, vivendo da força dos seus braços, e aqueles, de rendimentos de origens diversas, ficam mais livres para subsistir por si.

Bem específico destes grupos é o comportamento da nupcialidade. Se os homens casam tarde, as mulheres casam bem mais cedo ⁽¹²³⁾, sendo a diferença de idade entre marido e mulher de 7,8 anos quando a média geral, em todas as freguesias, é de 3,9 (sendo mais baixa ainda a dos jornaleiros, trabalhadores e mestei-

⁽¹²²⁾ O fogo que encabeça a lista de S. Silvestre é do senhorio do lugar, padroeiro da Igreja, designado como *Ilustríssimo*. Tem um filho cadete, outro doutor, outro cônego e outro reverendo. Em agregado à parte vive outro seu filho, também designado como *Ilustríssimo*, que é tenente-coronel do Regimento de Milícias da Comarca de Coimbra. Na Carapinheira há também duas famílias que têm à testa duas pessoas qualificadas como *Ilustríssimos*.

⁽¹²³⁾ A idade ao primeiro casamento nos homens é de 29,7-33,1 e nas mulheres de 18,8-25,3.

rais; só os lavradores apresentam 4,3) (¹²⁴). Por outro lado, a taxa de celibato definitivo é elevadíssima (¹²⁵), o que mostra que, de facto, são poucos os que casam nestas famílias. Daí proliferar a parentela nestas casas. Um quarto dos agregados tem parentes co-residentes, representando estes 11,4% do total das pessoas (não contando os criados, a proporção sobe a 17 %). Essa relação é de 6,3 % e 6,5 %, respectivamente, na totalidade das freguesias. O alargamento dos fogos é apenas lateral e os múltiplos apenas descendentes, o que implica muito provavelmente tendência de família troncal relativamente forte. Como só um filho herda a casa, os outros vêm-se obrigados a escolher entre seguir um rumo fora do lugar ou coabitar com o irmão, o que ocorrerá sobretudo com os elementos femininos da família (encontramos 5 irmãos e 10 irmãs). Não há nem alargados nem múltiplos ascendentes, o que significa que os chefes de família permanecem até à sua morte à testa dos agregados, não passando em vida a chefia para os filhos, nem se vendo coagidos na velhice a ir viver com eles.

Quadro 12 — Estrutura de parentesco dos agregados familiares das classes sociais mais elevadas

Tipos de estrutura	Casos	%
Isolados	10	18,5
Não conjugais	—	—
Simples	28	51,9
Alargados	5	9,3
Múltiplos	5	9,3
Indeterminados	6	11,1
Total	54	100,0

(¹²⁴) Também B. Derouet («Une démographie sociale différentielle», em *Annales E. S. C.*, Jan.-Fev. 1980, p. 7) nota que é nos camponeses mais abastados que há uma diferença maior nas idades dos cônjuges, sendo mais baixa nos jornaleiros.

(125) No caso dos homens é de 39,7 %-55,2 %, e no das mulheres 46,2 %-62,9 %.

Não têm necessidade económica de o fazer e a quebra de autoridade, com toda a carga simbólica que esta contém, é impensável nestes estratos sociais. Por outro lado, o forte celibato faz com que nestas moradas haja sempre um descendente solteiro que mantém a unidade familiar, mesmo quando o chefe de fogo é viúvo ou viúva, ao qual se vêm juntar parentes ou outras unidades.

Outro aspecto contrastante reside na grande percentagem de fogos indeterminados. A dificuldade em atribuir um parentesco a muita da gente que vive nestas casas deve assentar na estrutura social complexa das mesmas, onde dos laços familiares se deslizará por vezes para laços de clientela. Surge num caso ou noutro um padre co-residente, que poderá ser o capelão da casa. Outras pessoas poderão ocupar-se de tarefas várias. A maior parte, no entanto, deverão ser criados ou parentes pobres mais ou menos afastados que, sem aquele estatuto, terão na casa uma posição semelhante.

Criados é realmente o que não falta, pois representam um terço das pessoas que vivem nestes agregados⁽¹²⁶⁾, que são, já por si, bem mais populosos que os outros. Em 37 % dos fogos há tantos ou mais criados que familiares. Como casos extremos, há na Carapinheira um *Ilustríssimo* que vive com 7 criados, e em S. Martinho de Árvore, uma *dona* viúva com 6 criados e um padre. Na forte presença da criadagem residirá um dos aspectos mais específicos dos agregados destas classes sociais mais elevadas se bem que, mesmo nestas, com diferenças sensíveis, havendo nos fogos simples um menor número de serviços.

Contrariamente ao que acontece na generalidade da população, assim como nos jornaleiros, trabalhadores e lavradores, onde predomina a linha feminina na constituição de agregados múltiplos, nestes grupos sociais a predominância vai para a linha masculina. Desde logo porque o celibato feminino é muito forte, reduzindo-se a sangria do património por via do dote. E, por outro lado, a existir efectivamente uma tendência de família troncal, é natural

⁽¹²⁶⁾ Sendo provavelmente ainda mais elevado o seu número, pois a indicação dos criados não deve ter sido sistemática. Por exemplo, em S. Silvestre vive uma das famílias mais importantes que estudámos e no seu agregado não aparece nenhum.

que se privilegiem os homens na sucessão indivisa da herança, e tal sobretudo por razões de ordem social, cultural e mental próprias desses grupos.

Sobressai com nitidez o comportamento diferencial destes estratos sociais. A sua organização familiar é caracterizada pela manutenção de uma rede de parentes mais vasta, em que funciona um sistema de protecção, forte autoridade paterna e mais prolongada dependência dos filhos, e estratégias cerradas para a defesa do património ou da posição.

Os agregados dos clérigos têm uma dimensão média mais reduzida (4 pessoas por fogo), embora com grande amplitude (1 a 11). A sua classificação por estrutura de parentesco é obviamente muito diferente de todas as outras, dada a especificidade da sua condição face à família. Uma grande parte (38 %) vive em fogos isolados, se bem que muito raramente sozinhos, estando por regra acompanhados de criados. Muitos outros (33,3 %) residem em agregados não conjugais, morando com irmãs ou com sobrinhos e sobrinhas (apenas há uma prima). Também os alargados (9,5 %) e os dois múltiplos são laterais ou mistos. Há ainda alguns indeterminados, em parte devido à coabitação de padres coadjutores. Nos agregados simples, aparece apenas um caso de um minorista que tem um filho consigo. As duas grandes opções são assim viver com criados ou com irmãs. À falta de uma esposa recorrem a irmãs para tomar conta da casa e proporcionar um ambiente familiar. Em contrapartida, dão às mesmas segurança e apoio, importante sobretudo quando viúvas com filhos. A presença de sobrinhos talvez aponte na mesma direcção. Alguns serão órfãos de cuja criação se encarregam, outros almejarão a carreira eclesiástica ou uma educação literária, sendo, os tios a iniciá-los nas primeiras letras. As sobrinhas desempenharão provavelmente a mesma função das irmãs na direcção doméstica. Contam com muitos criados — aparecem em 2/3 dos agregados, onde representam 26,7 % da sua população.

A família e os equilíbrios de sobrevivência

Foi sugerido que, nos fins do século XIX, Portugal englobava duas regiões de sistemas familiares distintos: a norte ocorreria um

sistema de estruturas complexas, troncais, a sul dominariam formações nucleares ⁽¹²⁷⁾. Nesta classificação, a latitude de Coimbra representaria a linha divisória. Sugere-se, por outro lado, a provável estabilidade ao longo do tempo dos sistemas familiares regionais. Os dados que aqui apresentamos parecem não confirmar esta hipótese. A predominância de estruturas nucleares denuncia a existência nesta zona de um modelo de comportamento em que se mostra forte a preferência pela criação de novos agregados, independentes, aquando do casamento. Apenas a presença de bolsas com um valor mais elevado de fogos polinucleares pode indiciar uma alteração do modelo base quando do litoral se passa para o interior e sobretudo das áreas de planície para as de montanha. Tudo parece indicar que essa fronteira não passa por Coimbra. A região nuclear provavelmente estende-se mais para norte na faixa litorânea. No interior há menos homogeneidade, mas as variações não obedecem a um sentido preciso de orientação. O que se reflecte nas 26 paróquias é uma demarcação longitudinal que, sem ser muito vincada (não podemos falar de dois modelos diferentes), é persistente. E ainda que os «regimes» familiares não se distribuem geograficamente de modo aleatório. Revelam, na diversidade, uma nítida similitude em freguesias próximas.

Numa apreensão global (sem considerar os comportamentos diferenciais por freguesia ou por grupos sociais), é evidente que nesta área existe, nos inícios de oitocentos, um sistema nuclear de família. Não é só a distribuição dos agregados por estrutura de parentesco que nos leva a afirmá-lo. A correlação entre esse critério e os critérios demográficos, da dimensão e composição dos fogos e do seu sistema de formação é muito forte ⁽¹²⁸⁾. Há assim um modelo de grande coerência interna que se justapõe ao do noroeste europeu (ver Quadro 13).

⁽¹²⁷⁾ As características das famílias nortenhas prolongavam-se até aos Pirenéus, constituindo o que J. Hajnal chamou «sistema familiar troncal do noroeste ibérico». Vide R. Rowland, «Sistemas familiares ...», *ob. cit.*, p. 31.

⁽¹²⁸⁾ E não fraca ou inexistente como por hipótese P. Laslett sugere que aconteça em Portugal nas zonas onde as famílias nucleares são dominantes. Vide «Family and household ...», *ob. cit.*, p. 530.

A organização familiar pressupõe a convergência de uma multiplicidade de factores interdependentes, pelo que, para a compreender, é necessário inseri-la na totalidade social. As populações estudadas vivem em comunidades rurais, nas quais a agricultura é a actividade por excelência. Neste universo, o controlo da terra (se não a posse, pelo menos o direito de exploração) é fulcral, pois nela assenta o sistema de produção. A vida camponesa baseia-se em dois elementos fundamentais: a terra e a família. É da terra que tiram o seu sustento, é o labor dos homens que a faz produzir. Mas é no seio dos grupos domésticos que se desenvolvem as actividades produtivas, residindo nos seus membros a principal força laboral, porque o aluguer de trabalho não é uma alternativa económica. Por isso, o seu sistema familiar enraíza-se sempre na vida material das populações. Numa época em que o nível técnico é muito baixo e os investimentos de capital muito fracos, acentua-se na economia camponesa a dependência da natureza e do dinamismo do seu grupo familiar. A sua vivência depende do equilíbrio que consigam estabelecer entre a satisfação das suas necessidades e obrigações — manutenção quotidiana de todas as pessoas do agregado, pagamento de rendas e de tributos — e os seus rendimentos. Estes provêm da produção agrícola, a qual por sua vez resulta da terra disponível, da sua fertilidade e da capacidade de a fazer frutificar. Tão importante como a gestão dos recursos da terra, é a gestão dos recursos humanos. Dependendo de um elemento mais ou menos estável — a terra — aos grupos domésticos resta actuar no elemento variável — a sua própria composição. A relação entre o património fundiário e a dimensão da família é pois muito estreita. Os agricultores orientam as suas decisões no sentido de manter viáveis as suas unidades de exploração, evitando uma fragmentação indesejável, o que passa também pelo sistema de herança e de dote ⁽¹²⁹⁾.

A nosso ver, as estruturas de família nucleares (e as diferenciações regionais) começam por nascer das condições naturais de implantação das várias comunidades. Como vimos, a área litoral é globalmente fértil e propícia a culturas com mais alto nível de

(129) Veja-se Henri Mendras, *Sociétés paysannes*. Paris, 1976, sobretudo pp. 57-72.

produtividade, assim como parece mais dinâmica no que toca à expansão das terras de cultivo. A do interior é desigualmente favorecida pelo meio. Em altitude, a pobreza do solo e a rudeza do clima não permitiam nem a mesma produtividade, nem a opção por culturas mais ricas. As possibilidades de arroteamento de terras eram também mais limitadas, não só pelo relevo, mas ainda pelas necessidades de uma economia pastoril ou dos logradouros comuns vitais para a lavoura. Aqui, a exiguidade da terra arável disponível provocaria o anseio de manter a integridade do património, o que se traduziria na presença de famílias troncais. Tal acontece, de facto, em algumas freguesias serranas. Mas não só a terra era pouca como era, em muitos casos, pouco produtiva. Assim, era duplamente desaconselhada a divisão sucessiva da área de exploração de uma família, o que tornava o estabelecimento neolocal mais difícil. Também as duras condições de trabalho impostas por um solo mais ingrato, e levando em conta as técnicas agrícolas existentes, exigiriam a comunhão de esforços de um número mais alargado de parentes em idade activa. Em contrapartida, áreas com aptidões naturais benéficas, e devido à disseminação do milho grosso, favoreciam o neolocalismo e a constituição de famílias conjugais. Num sistema de regadio (predominante no Baixo Mondego e em algumas freguesias do interior, como Várzea de Góis) o milho pode produzir por hectare 3 a 4 vezes mais que o trigo ou o centeio ⁽¹³⁰⁾. Facultando uma cultura intensiva, é também um cereal de grande rendimento, porque do milho tudo se aproveita. É, por outro lado, uma cultura polivalente, permitindo a existência de outras nos mesmos campos, sendo «o fulcro de uma policultura alimentar de regadio, simultaneamente campo, prado, horta e pomar» ⁽¹³¹⁾. Em terra de sequeiro, a produtividade já não é tão alta nem permite a mesma polivalência. Com o milho, os cultivadores podem sobreviver com parcelas mais pequenas. A partilha das terras não compromete a viabilidade das explo-

⁽¹³⁰⁾ Vide O. Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, cit., pp. 113-122. Ou mais, como refere, para a Galiza, José Manuel Pérez García, *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera*. Santiago de Compostela, 1979, pp. 207-209.

⁽¹³¹⁾ O. Ribeiro, «Milho», *ob. cit.*

rações, pois uma propriedade limitada a uma centena de ares ainda chega para fazer subsistir uma família ⁽¹³²⁾.

Enquanto que no interior a produção se destinava sobretudo a auto-consumo, pois dificilmente se conseguiriam excedentes ⁽¹³³⁾, nas terras de campo, as colheitas de milho ou feijão (assim como o azeite e o vinho) estavam já voltadas para o mercado ⁽¹³⁴⁾. Nesta região, os dois pólos urbanos próximos, com mais população, provocavam uma agricultura intensiva e garantiam uma melhor colocação dos produtos. Ao passo que, nas zonas montanhosas, as distâncias e os maus caminhos tornavam mais ténues as relações comerciais com o exterior longínquo.

Mas não só as potencialidades agrícolas actuam na realidade familiar. Esta decorre também da solução encontrada por uma dada organização social para o difícil problema da adequação da população aos recursos existentes. O que não quer dizer que haja uma relação directa entre estruturas familiares e pressão demográfica. De facto, encontramos áreas de alta densidade populacional com intensa nuclearização e, ao invés, rarefacção em zonas de complexidade nos agregados. Em algumas freguesias do litoral, a concentração de habitantes é acompanhada de uma superfície arável mais extensa e de uma produção mais abundante, não provocando o efeito de fusão dos agregados familiares. Estas populações utilizaram também os meios habituais, nessa época, no domínio eco-demográfico — a emigração e a auto-regulação, esta feita através da nupcialidade. Estas iniciativas tanto podem fazer parte de uma estratégia única juntamente com as práticas de herança, como actuar de forma independente. A emigração influi na composição familiar. Nem todos se podem manter no agregado sem causar ruptura nos equilíbrios de sobrevivência. Alguns têm de procurar o seu próprio rumo noutro local. Em princípio, um fenómeno emigratório importante facilita a implantação de um sistema nuclear de família que dificilmente se poderá manter se tiver de se ajustar a todos os filhos de um casal que chegam à idade adulta e do casamento. No entanto, surge-nos a mais forte

⁽¹³²⁾ Na Galiza, 60 ares de milho sustentam uma família e os animais de criação. Vide *Idem, Ibidem*.

⁽¹³³⁾ Vide A. M. M. Filipe, *ob. cit.*, p. 38.

Vide M. D. Baptista, *ob. cit.*, pp. 294-298.

emigração nas freguesias de maior complexidade familiar. No litoral, a saída dos excedentes, embora menor, é suficiente para favorecer a instalação de famílias nucleares, enquanto em muitas povoações do interior, o afastamento de alguns não basta para permitir o estabelecimento dos que ficam. É mais uma estratégia a somar a outras. Uma delas reside na prática do casamento tardio. Em ambas as regiões, os jovens esperam muito tempo pela boda e pela possibilidade de fundar um lar próprio. Mas muitos nunca a festejam, especialmente no interior. A fome de terra parece aqui mais evidente.

O estabelecimento de um novo lar pode dispensar a posse do agro. O trabalho à jorna é um modo de vida que, embora frágil e contingente, liberta o indivíduo ou o casal da terra e da família. Mas para o adoptar é imprescindível que haja empregadores, gente que tenha explorações mais vastas e necessite de mão-de-obra extra-familiar. Este aspecto remete-nos para as estruturas sociais. Apercebemo-nos que em quase todas as freguesias há pessoas que pertencem a estratos sociais mais elevados que os da população camponesa comum e que, mesmo nesta, não há homogeneidade social nem igualdade de fortuna. Mas só em Barcouço conhecemos melhor a distribuição sócio-profissional. Os jornalheiros são relativamente numerosos e, de facto, o sentido nuclear das suas famílias é evidente. Uma presença significativa deste grupo social nas comunidades estudadas pesaria, sem dúvida, na baixa proporção das estruturas familiares complexas. Não podemos, contudo, generalizar esses dados. É certo que em 1801 se vivem tempos particularmente perturbados e é possível que muitos tenham sido empurrados para o salariato. A dinâmica social e económica pode ter, aqui, efeitos contraditórios sobre a estrutura familiar. Uma crise económica prolongada pode conduzir, por um mecanismo de endividamento e insolvência, muita gente à perda da terra e portanto ao assalariamento, o que acentuaria as famílias nucleares e a vivência isolada. Mas, ao dificultar o estabelecimento neolocal dos recém-casados, pode levar à constituição de famílias complexas.

Também se pode sobreviver, embora no limiar da miséria, com uma pequena horta e gado miúdo ou um porco que ande pelos terrenos comunais. No campo vive-se ainda do exercício de um ofício artesanal, a tempo inteiro ou como actividade complementar. Como a sua obra se destina sobretudo ao consumo local, o seu

número nunca seria muito elevado, porque estava limitado às necessidades aldeãs.

No mundo rural, no entanto, a regra é a forte relação entre a família e a propriedade fundiária. Nesta região, como vimos, a posse e exploração da terra estão marcadas pelo regime senhorial. Este facto coloca em termos específicos as conexões que se podem estabelecer entre as estruturas familiares, o património e as práticas sucessórias. As estratégias de herança só fazem sentido se houver expectativa de permanência na exploração da propriedade ao longo do tempo. Na economia senhorial, onde o acesso dos produtores à terra se faz principalmente através de contratos de enfiteuse, tal só aconteceria se os contratos fossem fideiúrgicos. Os prazos de vidas não são considerados como valor patrimonial da família nem entram para o cálculo da herança. Na prática, contudo, poderão constituir-se como tal se a sua renovação se realizar sempre na mesma família, criando assim as expectativas que o contrato não previa ⁽¹³⁵⁾. Só o conhecimento da real implantação do sistema de contratos agrários, incluindo os regimes de inquilinato dentro de cada prazo, permitirá esclarecer mais nitidamente as formas daquela relação. A fragmentação que a terra apresenta nesta altura talvez reflecta, apesar de tudo, uma repartição igualitária entre os filhos, embora respeitando a unidade do casal imposta por lei, pois um dos herdeiros ficará cabeça do prazo e responsável perante o senhorio. Parece-nos, todavia, que a herança será menos relevante face às necessidades económicas. A formação dos agregados dependerá mais da viabilidade de exploração da terra: um sistema nuclear e neolocal surgirá onde há possibilidade de se subsistir com uma propriedade mais retalhada, estruturas complexas onde essa divisão deve ser evitada ⁽¹³⁶⁾.

As diferenças nos comportamentos familiares segundo os diversos estratos sociais são muito mais acentuadas do que as variações regionais encontradas. As famílias que se situam no topo da escala social, nestas freguesias, têm pouca preferência por formações nucleares. Com uma fria racionalidade, dispõe-se do destino dos filhos. Um constituirá família, para os outros escolhe-se

⁽¹³⁵⁾ Vide M. Durães, «Herdeiros e não herdeiros ...», *ob. cit.*, pp. 48-53.

⁽¹³⁶⁾ Veja-se José Gentil da Silva, *A família: modelo, necessidade e individualismo*. Lisboa, 1986, pp. 21-22.

a carreira eclesiástica ou oferece-se uma formação universitária, abrindo a via à colocação em cargos elevados que simultaneamente dão prestígio e rendimentos. De entre as filhas, algumas naturalmente casarão, outras ingressarão em conventos, mas a grande maioria ficará solteira em casa dos pais. As famílias de escalões intermédios, de bacharéis ou capitães, por exemplo, parecem ter eleito os comportamentos das elites como arquétipos, notando-se uma tendência para a sua adopção.

Pelo contrário, e no seu conjunto, as populações não são sensíveis a esse modelo familiar. A sua família é nuclear, e só as necessidades económicas os constroem a grupos domésticos mais alargados. Afinal «casar» não implica «casa»?

GUILHERMINA MOTA